

ANNA KAROLINA SELHORST BEZERRA

**OS IMPACTOS DO PROGRAMA COMUNIDADE ESCOLA SOBRE A VIOLÊNCIA
NA ESCOLA E SEU ENTORNO**

**Monografia apresentada como
requisito parcial à conclusão do
Curso de Ciências Econômicas, Setor
Sociais Aplicadas, Universidade
Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Luciano
Nakabashi**

**CURITIBA
2007**

TERMO DE APROVAÇÃO

ANNA KAROLINA SELHORST BEZERRA

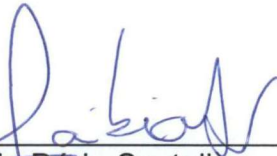
**OS IMPACTOS DO PROGRAMA COMUNIDADE ESCOLA SOBRE A VIOLÊNCIA
NA ESCOLA E SEU ENTORNO**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção da conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sórias Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora.

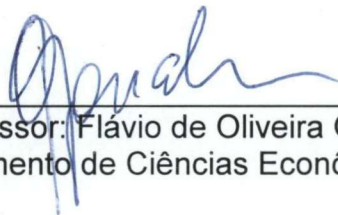


Orientador

Professor: Luciano Nakabashi
Departamento Ciências Econômicas, UFPR



Professor: Fabio Dória Scatolin
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Professor: Flávio de Oliveira Gonçalves
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

CURITIBA, DEZEMBRO DE 2007

Dedico esta conquista:

Ao meu pai José, que infelizmente não está mais entre nós, mas que foi peça fundamental na minha vida e na minha formação;

A minha mãe Silvia, por ter me ajudado a superar as dificuldades, por seu exemplo de coragem, dedicação e carinho;

A minha irmã Danielle, meu braço direito e esquerdo, por ter sido de suma importância para eu ter conseguido concluir esta etapa.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus.

À minha família por ser o meu suporte.

Ao Professor Luciano Nakabashi, por sua orientação e apoio.

Aos meus amigos e colegas.

Ao Núcleo de Avaliação de Políticas Públicas Educacionais, pelos dados fornecidos.

E, aos demais, que direta e indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE FIGURAS	vii
RESUMO	viii
INTRODUÇÃO	1
2. A VIOLÊNCIA.....	2
2.1 PRINCIPAIS CAUSAS DA VIOLÊNCIA	3
2.1.1 Causa Contextuais Distais.....	5
2.1.1.1 Fatores sócio-econômicos (estruturais)	6
2.1.1.2 Fatores Institucionais	7
2.1.1.3 Fatores Culturais	7
2.1.2 Causas Contextuais Proximais	9
2.1.2.1 A influência dos meios de comunicação	10
2.1.3 Causas Pessoais	10
3. A VIOLÊNCIA VERSUS A ESCOLA	12
3.1 IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR	12
3.2 O PAPEL DA ESCOLA NO QUE TANGE À VIOLÊNCIA.....	15
4. O PROGRAMA COMUNIDADE ESCOLA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA.....	17
4.1 QUANTO À ATUAÇÃO DO PROGRAMA	17
4.2 METODOLOGIA.....	18
4.3 ANÁLISE EMPÍRICA.....	20
4.3.1 Aspectos Exógenos à Escola – Ambiente Familiar.....	20
4.3.2 Aspectos Endógenos à Escola – Ambiente Escolar	23
4.3.3 A Violência na Escola e em seu Entorno	25
4.3.4 O Papel Institucional	30
4.3.5 O Papel da Escola	32
4.3.6 O Programa Comunidade Escola	33
CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS	41

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DA RENDA (em %) BRASIL 1996-2006.....	6
TABELA 2 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE - BRASIL E GRANDES REGIÕES 2005.....	8
TABELA 3 – RENDIMENTO POR HORA DA POPULAÇÃO OCUPADA, POR COR OU RAÇA E GRUPO DE ANOS DE ESTUDO – 2005 (em R\$).....	9

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 2.1 – CAUSALIDADE DA VIOLÊNCIA	11
FIGURA 4.1 – AFEIÇÃO DISPENSADA PELOS PAIS À CRIANÇA.....	20
FIGURA 4.2 – FREQUÊNCIA DE AGRESSÕES FÍSICAS E VERBAIS POR PARTE DE PAIS OU RESPONSÁVEIS, SOFRIDAS PELAS CRIANÇAS, NO ÚLTIMO ANO	21
FIGURA 4.3 – FREQUÊNCIA DE AGRESSÕES FÍSICAS E VERBAIS ENTRE MEMBROS DA FAMÍLIA (CRIANÇAS), NESTE ANO	21
FIGURA 4.4 – FREQUÊNCIA DE AGRESSÕES VERBAIS E FÍSICAS POR PARTE DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS , SOFRIDAS PELOS JOVENS, NESTE ANO	22
FIGURA 4.5 – FREQUÊNCIA DE AGRESSÕES VERBAIS E FÍSICAS ENTRE MEMBROS DA FAMÍLIA (JOVENS), NESTE ANO.....	23
FIGURA 4.6 – FREQUÊNCIA COM QUE ALUNOS FAZEM DESORDEM E BARULHO EM SALA DE AULA	24
FIGURA 4.7 – FREQUÊNCIA COM QUE PROFESSORES DÃO ATENÇÃO AO QUE AS CRIANÇAS DIZEM	25
FIGURA 4.8 – AFEIÇÃO DISPENSADA PELOS PROFESSORES ÀS CRIANÇAS.....	25
FIGURA 4.9 – NA VISÃO DAS CRIANÇAS, O AUMENTO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA.....	26
FIGURA 4.10 – VIOLÊNCIA ENTRE GRUPOS NA COMUNIDADE, NOS ÚLTIMOS 5 ANO (PERCEPÇÃO DOS JOVENS).....	27
FIGURA 4.11 – FREQUÊNCIA COM QUE SEUS VIZINHOS USARAM DA FORÇA OU VIOLÊNCIA, NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (JONVES).....	28
FIGURA 4.12 – FREQUÊNCIA DE ASSALTO OU ATAQUE, NESTE ANO, SOFRIDO PELO JOVEM OU ALGUÉM DE SUA FAMÍLIA.....	28
FIGURA 4.13 – VIOLÊNCIA ENTRE GRUPOS NA COMUNIDADE, NOS ÚLTIMOS 5 ANO (PERCEPÇÃO DOS ADULTOS)	29
FIGURA 4.14 – FREQUÊNCIA COM QUE SEUS VIZINHOS USARAM DA FORÇA OU VIOLÊNCIA, NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (ADULTOS)	30
FIGURA 4.15 – FREQUÊNCIA DE ASSALTO OU ATAQUE, NESTE ANO, SOFRIDO PELOS ADULTOS OU ALGUÉM DE SUA FAMÍLIA	31
FIGURA 4.16 – GRAU DE CONFIABILIDADE NA PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA POSSIBILITADA PELAS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS.....	31
FIGURA 4.17 – GRAU DE CONFIABILIDADE NA PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA POSSIBILITADA PELAS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS.....	32
FIGURA 4.18 – A OPINIÃO DOS JOVENS SOBRE O PAPEL DA ESCOLA.....	33
FIGURA 4.19 – A OPINIÃO DOS ADULTOS SOBRE O PAPEL DA ESCOLA.....	34
FIGURA 4.20 – AVALIAÇÃO DOS JOVENS DO PROGRAMA COMUNIDADE ESCOLA	35
FIGURA 4.21 – O IMPACTO DO PROGRAMA NO COMPORTAMENTO DO INDIVÍDUO EM RELAÇÃO À ESCOLA, NA PERCEPÇÃO DO JOVEM	35
FIGURA 4.22 – SEGUNDO OS JOVENS, OS FATORES DE MAIOR INFLUÊNCIA DO PROGRAMA	36
FIGURA 4.23 – AVALIAÇÃO DOS ADULTOS DO PROGRAMA COMUNIDADE ESCOLA...	37
FIGURA 4.24 – O IMPACTO DO PROGRAMA NO COMPORTAMENTO DO INDIVÍDUO EM RELAÇÃO À ESCOLA, NA PERCEPÇÃO DOS ADULTOS	38
FIGURA 4.25 – SEGUNDO OS ADULTOS, OS FATORES DE MAIOR INFLUÊNCIA DO PROGRAMA	38

RESUMO

Apresenta uma análise do Programa Comunidade Escola sobre o impacto deste na redução da violência, nas escolas participantes e seu entorno. Classifica-se a violência e adicionalmente as causas embasando-se nas diferentes teorias sobre o tema, sendo este o alicerce do trabalho. A seguir, apresenta-se a relação violência versus escola, faz-se a exposição das diferentes formas de violência no ambiente escolar, analisando com base em estudos teóricos e empíricos os principais impactos desta – como esta afeta a qualidade do ensino e a relação professor-aluno. Ressalta-se no campo teórico, o papel da escola no que tange essa problemática, na seqüência, faz-se uma análise quantitativa do Programa Comunidade Escola. Constata-se, contudo, que o Programa tem se mostrado positivo em vários aspectos, inclusive no que concerne à violência.

Palavras-chave: Programa Comunidade Escola; Violência; Escola.

INTRODUÇÃO

A violência é um tema amplamente discutido, e está no centro das questões políticas e econômicas dos grandes centros urbanos, particularmente, mas pode-se dizer que é um problema generalizado. É um problema social dado que afeta a qualidade de vida; econômico dado que está articulado às condições econômicas e afeta o potencial de desenvolvimento do país; e adicionalmente, é um problema político que está associado a uma participação ativa dos governos e a alocação de recursos públicos. (ARAÚJO JR. e FAJNZYLBER, 2001, p.7)

A educação, solução para vários problemas, apresenta-se como uma alternativa, almejando o resgate cultural e formação de uma massa crítica. Porém, se faz perceber cada dia mais, a violência presente no ambiente escolar, violência esta que se desenvolve tanto externa quanto internamente a escola, alterando as relações e dificultando a interação entre os atores principais – professor/ aluno.

Em meio a essas dificuldades e visando o melhor aproveitamento do espaço público, o município de Curitiba implementou o projeto de abertura de algumas escolas municipais nos finais de semana propiciando vários tipos de atividades – o Programa Comunidade Escola. Em seus pressupostos estão: interar a comunidade à escola, com maior participação desta em ambientes educacionais e desportivos, a partir do espírito de pertencimento; e melhorar o ambiente escolar através de uma maior inclusão social.

O Programa Comunidade Escola, que teve início em 2005, traz, adicionalmente, o propósito de reduzir os índices de violência. Nesta linha, o objetivo do presente estudo é verificar em que medida o Programa impactou na redução da violência no município, com enfoque para as escolas participantes e seu entorno.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: na primeira parte será apresentado o arcabouço teórico da violência, abordando as principais correntes de pensamento, bem como suas causas. Na segunda parte será feita uma análise da violência no ambiente escolar abrangendo seus impactos e conseqüências, adicionalmente verifica-se como a escola pode mediar esse problema, dado que há fatores endógenos e exógenos a ela. Por fim, será feita uma análise empírica do Programa Comunidade Escola, analisando se o Programa está melhorando as condições da comunidade no que diz respeito à violência.

2. A VIOLÊNCIA

A violência é um fenômeno complexo, intimamente ligada a processos sociais que estão baseados em uma estrutura desigual e injusta. (MACEDO, 2001, p. 516)

Os estudos sobre violência têm se aprofundado, e atingido várias áreas do conhecimento, atualmente não se vincula violência apenas à criminalidade/delinquência. Esse aprofundamento tem sido expresso por diferentes posições ideológicas, gerando distintas correntes de pensamento no que tange às abordagens teóricas e metodológicas acerca da violência. (SOUZA, 1993, p. 48)

De acordo com MINAYO (1990, 1994) a violência pode ser apresentada com a seguinte classificação:

- ⇒ Violência estrutural: "oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte."
- ⇒ Violência de resistência: "Constitui-se das diferentes formas de resposta dos grupos, classes, nações e indivíduos oprimidos à violência estrutural. Esta categoria de pensamento e ação geralmente não é "naturalizada"; pelo contrário, é objeto de contestação e repressão por parte dos detentores do poder político, econômico e/ou cultural."
- ⇒ Violência da delinquência: "É aquela que se revela nas ações fora da lei socialmente reconhecida. A análise deste tipo de ação necessita passar pela compreensão da violência estrutural, que não só confronta os indivíduos uns com os outros, mas também os corrompe e impulsiona ao delito."

Como consequência do crescimento das desigualdades sócio-econômicas e dos baixos salários, temos a violência estrutural, que traz consigo a descrença no papel do Estado e instituições sociais, posto que estas não cumprem suas funções de maneira satisfatória; não realizam políticas públicas que atendam às

necessidades coletivas; e priorizam o desenvolvimento econômico e endividamento externo, prejudicando, desta forma, o desenvolvimento social. (MINAYO e SOUZA, 1993, p.75)

Os componentes subjetivos e culturais que compõem a violência estrutural de uma sociedade, excluindo uma parcela da população do desenvolvimento, é responsável pelo desencadeamento de todas as outras formas de violência. (SOUZA, 1993, p. 60)

A violência da delinqüência, é das formas de violência a mais conhecida e reconhecida, compreende roubos, furtos, sadismos, seqüestros, brigas entre quadrilhas, etc. Contudo, não deve ser entendida como natural, ou explicada como defeito ou disfunção dos pobres e negros, pois envolve membros de todas as classes sociais e de muitos grupos. (MINAYO, 1990, p.290)

A expansão da delinqüência se dá pela contribuição de fatores tais como os relacionados à desigualdade, alienação do trabalho e das relações, busca exacerbada do lucro que se faz acompanhar pela perda de valores, o consumismo, o culto à força e o machismo. (MINAYO, 1994, p.8)

Segundo SOARES¹ (apud MACEDO et al, 2001, p.517), o envolvimento com o crime não deve estar associado somente a necessidades econômicas. Devem ser considerados também o papel da cultura, os valores e as normas sociais.

2.1 PRINCIPAIS CAUSAS DA VIOLÊNCIA

Na literatura, podemos perceber diferentes abordagens sobre o tema, de maneira geral, segundo LOBO e FERNANDEZ (2004, p.3) podem-se agregá-las em:

- Corrente denominada biopsicosociológica – o indivíduo herda genes característicos do comportamento criminoso e, a depender do ambiente social em que o indivíduo se insere, tal comportamento se exterioriza, revelando o seu caráter criminoso.

Como crítica a essa teoria, temos que: “nela há a ausência da incidência dos fatores sociais na formação dos modelos inatos, internos e adquiridos da conduta humana; elas reduzem os fenômenos e processos sociais à conduta individual e

¹ SOARES L.E. Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

tratam problemas sócio-políticos complexos como sendo problemas psicológicos.” (SOUZA, 1993, p. 49)

- Os indivíduos respondem a incentivos sócio-econômicos dispersos na sociedade, princípio do máximo benefício com o mínimo de esforço – nessa visão o crime é uma atividade ou setor da economia e o criminoso é visto como um agente econômico respondendo a estímulos econômicos, mobilizando recursos produtivos, fazendo investimentos, assumindo riscos e decidindo quanto tempo alocar ao trabalho legal e/ou ilegal.

Nesta abordagem, que explica a violência por razões puramente econômicas, a crítica é de que: “trata-se de uma visão exterior da violência como repositora da justiça, deixando de fora os aspectos sócio-culturais que têm raiz no nosso interior e que atingem a todos nas suas especificidades...” (SOUZA, 1993, p. 49)

- A terceira corrente é de cunho institucionalista e ideológico – o comportamento do criminoso está vinculado às características do processo capitalista, sendo resultado direto das alterações do comportamento empresarial ocorrido no período pós-industrial.

Nesta corrente, o rápido processo de mudanças sociais seria determinante da violência, a crítica: “... uma visão nostálgica de retorno ao passado e de autoritarismo que imputa ao urbano, à favela e à periferia a responsabilidade pela violência. Ela baseia-se na lógica estrutural funcionalista, (...) na qual as mudanças exercem uma força atrativa nos atores sociais para as condutas criminosas e violentas.” (SOUZA, 1993, p. 49)

Essas três correntes vão na mesma linha apresentada STARK² (1990), BLAU & BLAU³ (1982) e Minayo⁴ (1990) apud SOUZA (1993, p.49), que traz um resumo das teorias explicativas da violência. Esses autores adicionam a estas, uma quarta teoria explicativa, de acordo com a qual se reduz a violência à delinqüência e à conduta patológica dos indivíduos pela falta de autoridade do estado, através do poder repressivo dos aparatos jurídicos e policiais.

² STARK, E., 1990. Rethinking homicide: violence, race, and the politics of gender. *International Journal of Health Services*, 20: 3-26.

³ BLAU, J. R. & BLAU, P. M., 1982. The cost of inequality: metropolitan structure and violent crime. *American Sociological Review*, 47: 114-129.

⁴ MINAYO, M. C. S., (Coord.), 1990. *Bibliografia Comentada da Produção Científica Brasileira Sobre Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública.

Conforme essa quarta teoria a violência é vista como consequência da perda do controle: “As críticas a esta linha de pensamento mostram a sua tendência a omitir o papel da violência como instrumento de dominação econômica e política das classes dominantes.” (SOUZA, 1993, p. 49)

RISTUM e BASTOS (2004, p 227) salientam que apesar das discordâncias quanto às causas da violência, a literatura apresenta alguns aspectos estilizados, como a multicausalidade da violência; a interação entre os fatores causais e a atuação conjunta de fatores contextuais e pessoais na constituição da violência.

Portanto, para se entender a violência não se pode ater-se a uma única teoria explicativa. A violência é um processo cuja causalidade é múltipla, possuindo características específicas e gerais que, ao mesmo tempo, se diferenciam e se articulam. “Compreendê-la na sua totalidade significa desvendar a estrutura sócio-histórica e cultural da sociedade na qual ela se realiza. Significa, ao mesmo tempo, entender a unidade dialética na qual ela é sintetizada, que são os homens, atores sociais que a protagonizam, situando-se, simultaneamente, como agentes e vítimas, sujeitos e objetos.” (SOUZA, 1993, p.49)

De acordo com RISTUM e BASTOS (2004, p.227), as causas da violência podem ser compreendidas dentro de duas categorias: *Causas contextuais* – que se subdivide em contextuais distais e contextuais proximais, de acordo com sua maior ou menor proximidade em relação aos agressores. E *causas pessoais* – patologias individuais, que podem ser tanto biológicas quanto psicológicas.

2.1.1 Causa Contextuais Distais

As causas contextuais distais são produzidas pela conjuntura econômica, social, política e cultural. Exemplos: pobreza, exclusão social, desemprego, fome, discriminação social, impunidade, autoritarismo, violação de direitos humanos, etc. (RISTUM e BASTOS, 2004, p.227)

2.1.1.1 Fatores sócio-econômicos (estruturais)

A grande desigualdade social traz consigo a propensão a atividades ilegais, posto que, grande parte da população pobre carece de recursos à sua subsistência. No Brasil, essa desigualdade, principalmente no que tange à distribuição de renda, pode ser percebida na tabela abaixo:

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DA RENDA (em %)¹
BRASIL 1996-2006

GRUPO	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Os 10% mais pobres	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,0
Os 20% mais pobres	3,1	3,1	3,2	3,3	3,3	3,4	3,4	3,5	3,6	3,5
Os 50% mais pobres	13,6	13,6	14,0	14,5	14,8	14,9	15,5	16,0	16,3	16,6
Os 10% mais ricos	46,8	46,7	46,5	45,7	46,1	46,1	45,3	44,6	44,7	44,4
Os 5% mais ricos	33,2	33,2	33,1	32,4	33,0	32,7	32,4	31,7	32,0	31,7
O 1% mais rico	13,1	13,2	13,2	12,5	13,3	12,9	12,7	12,7	13,0	12,8

FONTE: IBGE, PNAD.

NOTA: (1) Rendimento mensal de todos os trabalhos dos ocupados de 10 ou mais anos de idade.

Obs: a) Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento de todos os trabalhos.

b) Em 2000 não houve pesquisa

De acordo com a tabela, podemos perceber que, não houve significativa alteração na distribuição da renda, nos últimos anos, sendo que os 10% mais pobres recebem apenas 1% desta, enquanto os 10% mais ricos auferem aproximadamente 45%. A baixa renda da parcela mais pobre da população associada a uma má distribuição de renda acaba por levar à prática de atividades ilegais.

Como ressaltado por CHESNAIS (1999): “O desemprego ou a ausência de renda (ou a baixa renda) levam à tentação da ilegalidade, visto ser fácil, por vezes, conseguir ganhos astronômicos à margem da lei.” (p. 55)

RISTUM e BASTOS (2004, p.236), fazem um paralelo entre essa causa específica e a classificação da violência apresentada no item 2: “Desemprego/fome formam um tipo de causa estreitamente relacionado à desigualdade socioeconômica/injustiça social e ambos estão ligados às classes de violência estrutural

e violência de delinqüência. Em relação à primeira, essas causas constituiriam a própria violência estrutural, enquanto em relação à segunda, elas estariam na origem da delinqüência.”

2.1.1.2 Fatores Institucionais

A falta de poder do Estado tanto na prevenção quanto na repressão à violência, é um dos fatores estilizados. (CHESNAIS, 1999, p. 56)

Como forma de combater e prevenir a violência se faz necessária uma participação mais efetiva do Estado em alguns setores da economia, provendo à população a satisfação de suas necessidades básicas, com maior investimento em educação, moradia, saúde, infra-estrutura, bem como, uma atuação mais eficaz na repressão à mesma, dado por um sistema presidiário estruturado, uma polícia melhor remunerada, e uma melhoria do sistema judiciário como um todo. (CHESNAIS, 1999, p. 56)

2.1.1.3 Fatores Culturais

Dentre os fatores culturais podemos citar a exclusão social e discriminação racial, verificada na desigualdade de oportunidades, que podem ser abordados tanto como causa quanto como consequência da violência.

Segundo ABRAMOVAY et al (2002a, p.40): “o preconceito racial é, segundo os jovens de centros urbanos, um condicionador de violências...” E pode ser percebido “na seleção negativa e arbitrária das oportunidades de trabalho”.

Na busca de oportunidades de emprego e redução da pobreza, a educação tem papel essencial, apesar da escolaridade não ser condição suficiente para se obter um emprego, é condição necessária. (ABRAMOVAY et al, 2002a, p.35)

A Tabela 2 nos mostra a média de anos de estudo por raça. O Brasil não está entre os países que absorveu a cultura do estudo, isto é, a dedicação em anos de estudo é aquém da desejada, segundo a CEPAL⁵ apud ABRAMOVAY et al (2002b, p.69), “o tempo mínimo necessário para que a educação possa cumprir um papel

⁵ CEPAL. **Panorama Social de América Latina 2000**. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

significativo na redução da pobreza é de 10 anos de escolaridade". – a média de 7,0 anos é alarmante, posto que não se chega a completar o ensino fundamental. Porém, ainda pior é a média de anos de estudo do negro, que fica abaixo da média nacional.

TABELA 2 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE - BRASIL E GRANDES REGIÕES 2005

Grandes Regiões	Total	Cor ou raça		
		Branca	Preta	Parda
Norte	6,5	7,5	6,1	6,2
Nordeste	5,6	6,6	5,5	5,2
Sudeste	7,7	8,3	6,6	6,7
Sul	7,5	7,8	6,5	6,0
Centro-Oeste	7,2	8,0	6,4	6,7
Brasil	7,0	7,9	6,2	6,0

Fonte: IBGE, PNAD 2005.

Segundo VIEIRA⁶ apud ABRAMOVAY et al (2002b, p.26) "o racismo, a pobreza o não-acesso à educação e a bens essenciais à dignidade humana são formas que facilitam a percepção do outro como inferior". ABRAMOVAY et al. complementa afirmando que, a redução dos *apartheid* sociais é o caminho para que se logre uma sociedade mais pacífica, em que "todos se sentissem parte de uma cultura comum, partilhando normas e valores, ainda que se conserve o pluralismo e as diferenças não pautadas em desigualdades sociais." (ABRAMOVAY et al, 2002b, p.26)

Na tabela 3, podemos verificar as grandes disparidades no que concerne aos rendimentos de brancos e negros. O *gap* na remuneração de brancos e negros é percebido no Brasil como um todo, e nas regiões, em particular. Em termos absolutos, verificamos uma nítida diferença de remuneração, mais acentuada a partir de 12 anos ou mais de estudo, ou seja, há fatores exógenos que explicam a remuneração.

⁶ VIEIRA, O. V. Estado de direito, seus limites e a criminalidade. In: MESQUITA NETO, P. et alii. A Violência do cotidiano. Konrad Adenauer Stiftung, p. 75-92., 2001.

TABELA 3 – RENDIMENTO POR HORA DA POPULAÇÃO OCUPADA⁽¹⁾, POR COR OU RAÇA E GRUPO DE ANOS DE ESTUDO – 2005 (em R\$)

Brasil e Grandes Regiões	Total	Grupos de anos de estudo			
		Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Branca					
Norte	5,50	3,10	3,50	5,10	14,10
Nordeste	4,50	1,90	2,70	4,60	13,00
Sudeste	7,20	3,60	4,10	5,60	15,70
Sul	6,00	3,50	4,20	5,40	12,90
Centro- Oeste	7,90	3,50	4,10	6,50	18,00
Brasil	6,50	3,20	3,90	5,40	14,90
Preta ou parda					
Norte	3,60	2,50	2,90	4,30	10,30
Nordeste	2,80	1,70	2,10	3,50	10,40
Sudeste	4,00	2,80	3,30	4,20	10,10
Sul	3,90	2,60	3,20	4,60	11,20
Centro- Oeste	4,60	2,90	3,20	5,00	13,90
Brasil	3,50	2,30	2,90	4,10	10,70

FONTE: IBGE, PNAD 2005.

NOTA: (1) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade

“Assim, as mais diversas informações convergem no sentido de mostrar o critério de pertencimento étnico-racial como altamente determinante dos processos de diferenciação e exclusão social, evidenciados pelas profundas desigualdades socioeconômicas entre os diferentes grupos em estudo.” (IBGE, 2006)

2.1.2 Causas Contextuais Proximais

As causas contextuais proximais se referem a acontecimentos relacionados à violência presentes no cotidiano, aos quais os indivíduos que praticam a violência têm contato direto. Exemplos: violência doméstica, desorganização familiar, modelo de violência na rua ou na TV, etc.

2.1.2.1 A influência dos meios de comunicação

A televisão serve de modelo para a sociedade moderna, posto que é formadora de opinião, muitas vezes acaba influenciando negativamente o comportamento dos indivíduos.

“Não se pode negar que a televisão, hoje onipresente, forma as consciências, sobretudo num país onde a escola é fraca e, onde as crianças passam, diante da telinha, a maior parte do tempo livre. Ora, a televisão faz, a cada dia, a apologia do dinheiro e da violência: os assassinos são apresentados como heróis dos tempos modernos.” (CHESNAIS, 1999, p. 59)

Sobre a influência da mídia, NJAINE E MINAYO (2003, p.127) afirmam que:

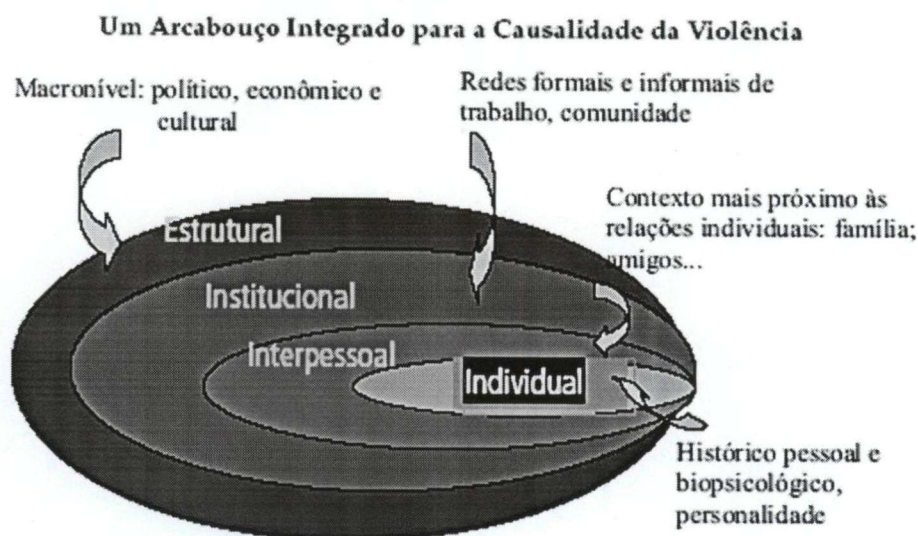
Ultimamente estão se aprofundando estudos sobre o impacto das mídias sobre o comportamento, frente à tese tradicionalmente defendida de que os meios de comunicação não criam a realidade, e sim, a expõem para a sociedade. Ora, no caso da violência social, existem indícios fortes de que a sua exposição intensa promove uma certa confusão de perspectiva sobre o real e o imaginário e, por consequência, uma banalização das relações sociais fundadas nas agressões e na eliminação do outro. No mínimo elas não incentivam o diálogo e a solução de conflitos pela argumentação.

Valorizando e exaltando o consumismo, a televisão induz ao desejo e a ambição, fazendo com que, mesmo os indivíduos que não possuam condições, sejam tentados a utilizar de todos os meios para satisfazer suas ‘necessidades’. (CHESNAIS, 1999, p. 55)

2.1.3 Causas Pessoais

As causas pessoais estão relacionadas tanto as causas biológicas, quanto as psicológicas. Exemplos: consumo de drogas e álcool, desequilíbrio emocional, questões passionais, temperamento, índole, etc. (RISTUM e BASTOS, 2004, p.227)

FIGURA 2.1 – CAUSALIDADE DA VIOLÊNCIA



FONTE: CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da Criminalidade: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.47, n.2, p.233-269, 2004.

A figura 1 apresenta um arcabouço para as causas da violência. Fazendo uma analogia às categorias apresentadas por RISTUM e BASTOS (2004, p.227), as causas contextuais distais são apresentadas na figura pelos fatores estruturais e institucionais, isto é, pela conjuntura econômica, social, política e cultural; as causas contextuais proximais são apresentadas pelo fator interpessoal, isto é, refere-se a acontecimentos relacionados à violência presentes no cotidiano; e por fim, as causas pessoais que são apresentadas na figura pelos fatores individuais, isto é, relacionado tanto a causas biológicas como psicológicas.

De acordo com a figura acima, podemos visualizar nitidamente tanto a multicausalidade da violência – apresentada pelos vários níveis, como a interação entre esses fatores, bem como a atuação conjunta de fatores contextuais e pessoais na constituição da violência.

3. A VIOLÊNCIA VERSUS A ESCOLA

De acordo com CHARLOT⁷ (apud ABRAMOVAY et al, 2002a, p.93) a violência escolar pode ser classificada em três níveis:

- ⇒ A violência – golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismo;
- ⇒ Incivilidade – humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito;
- ⇒ Violência simbólica ou institucional – falta de sentido de permanecer na escola por anos; o ensino como um desprazer, que obriga os jovens a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos; a negação da identidade e satisfação profissional aos professores, a sua obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos.

3.1 IMPACTOS E CONSEQÜÊNCIAS DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

O aumento das dificuldades cotidianas tem provocado profundas mudanças na instituição escolar, que provêm tanto de problemas internos de gestão, como de fenômenos exteriores à escola, conflito de valores e desorganização da ordem social. (ABRAMOVAY et al, 2002a, p.78)

No que tange aos problemas internos, podemos verificar um período de mudanças no padrão de violência, verificado a partir dos anos 90, englobando, além de atos de vandalismo, práticas de agressões interpessoais, sendo mais freqüentes agressões verbais e ameaças, sobretudo entre o público estudantil. (GONÇALVES e SPOSITO, 2002, p.104)

Em pesquisa⁸ realizada em 1997, com 52 mil professores dos sistemas públicos de ensino, distribuídos em todo o país, foram identificadas três situações tidas como assíduas: as depredações, furtos ou roubos que atingem o patrimônio, as

⁷ CHARLOT, B. ÉMIN, J. C.(coords.). *Violences à l'école – état des savoirs*. Paris: Mansson & Armand Colin, 1997.

⁸ O trabalho de campo teve início em 1997, sob a coordenação de Wanderley Codo, do Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília, e teve o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE –, Unicef e CNPq.

agressões físicas entre os alunos e as agressões de alunos contra os professores. (GONÇALVES e SPOSITO, 2002, p.103)

Conforme GONÇALVES e SPOSITO (2002, p.104), no que tange a prática de agressões interpessoais dentro da escola:

... a pesquisa revelou que o fenômeno varia de intensidade em cada estado da federação. Os maiores índices foram registrados no Distrito Federal, em Brasília (58,6%), e os mais baixos índices, no Estado de Goiás (8,5%), ainda que ambos estejam situados na mesma região geográfica. O estudo registra, também, as agressões dirigidas a professores no interior dos estabelecimentos de ensino. O Estado do Mato Grosso foi o que apresentou o maior índice (33%), ficando o Estado do Rio de Janeiro com o menor número (1,2%) de ocorrências de violência física contra os docentes. Ressalta-se, entretanto, que as práticas de agressão, tanto entre os alunos como contra os professores, são mais comuns em estabelecimentos de grande porte e nas capitais.

LOPES E GASPARIN (2003, p.300) referem-se a essas mudanças como incremento nas ações violentas, adicionalmente citam o porte de armas e brigas de gangues no interior das escolas, afirmando que “A autoridade da escola, bem como de seu principal representante, o professor, parece não ser mais suficiente para resolver tais problemas e restaurar a “ordem” necessária ao desenvolvimento do trabalho pedagógico.” Com isso, a necessidade cada vez mais freqüente da força policial.

Essas transformações no âmbito escolar fazem com que se questione a denotação da escola, na qual ela “... aparece, ao mesmo tempo, como causa, conseqüência e espelho de problemas aos quais, muitas vezes, não consegue responder e cuja solução não se encontra ao seu alcance.” (ABRAMOVAY et al, 2002a, p.78)

Segundo ABRAMOVAY et al, a percepção do que é a escola está se modificando: “Por um lado, a escola é vista como um lugar para a aprendizagem, como caminho para uma inserção positiva no mercado de trabalho e na sociedade, por outro lado, muitos alunos consideram a escola como um local de exclusão social, onde são reproduzidas situações de violência e discriminação (física, moral e simbólica)” (ABRAMOVAY et al, 2002a, p.75).

NJAINE E MINAYO (2003, p.125), referindo-se a pesquisa⁹ realizada em 2002, apontam para o descaso, relatado por alunos, no meio escolar:

As atitudes distantes e autoritárias dos professores obstrui o diálogo com os alunos e impede a verdadeira orientação. Alguns exemplos citados pelos alunos evidenciaram o comportamento autoritário e agressivo por parte dos agentes responsáveis por sua educação e revelaram a significativa atuação da escola como espaço de mediação da violência, e o poder de transmitir os sentimentos mais positivos e os mais negativos com relação à vida aos adolescentes. Falar palavrões em sala de aula, chamar o aluno de “burro”, “ignorante” e tratar com desprezo são algumas das agressões citadas.

A intensificação da violência no ambiente escolar tem aumentado a complexidade da relação professor-aluno, tornando essa relação mais conflituosa. A gestão desses conflitos revelam uma certa “crise” nos padrões tradicionais de ensino. (LOPES e GASPARIN, 2003, p. 295)

De acordo com CHARLOT, a tensão social e escolar produz os incidentes violentos, na qual um simples conflito gera um ato violento. Adicionalmente afirma que: “Essa tensão é ainda mais forte porque a representação da escola como via de inserção profissional ou social apagou a idéia da escola como um lugar de sentido e prazer.” (CHARLOT, 2002, p.440).

“Além das conseqüências subjetivamente estimadas, as violências têm impactos objetivos sobre a qualidade do ensino, na medida em que tendem a provocar uma rotatividade de professores”. O corpo docente, em busca de condições mais seguras de trabalho, desconsidera as escolas que possuem maior ocorrência de violência. (ABRAMOVAY et al, 2002a, p.80)

Em pesquisa realizada pela UNESCO¹⁰, em 2001, sobre os efeitos da violência no ambiente escolar, mostra-se que quase metade dos alunos declaram que não conseguem se concentrar devido às situações de violência vivenciadas no ambiente escolar. Ainda como conseqüência da violência, temos um segundo grupo

⁹ Pesquisa Avaliação do Processo de Implantação e dos Resultados do Programa Cuidar, realizada entre os anos de 2000 e 2002, coordenada pelo Centro Latino- Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz. A pesquisa foi realizada a partir dos relatos dos alunos da sétima e oitava séries do ensino fundamental e do primeiro e segundo anos do ensino médio, de escolas públicas e privadas de três municípios brasileiros - Iguatu (CE); Juiz de Fora (MG) e Campinas (SP). Também são analisados os depoimentos dos educadores sobre a questão da violência que envolve os adolescentes.

¹⁰ Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001. Realizada em 14 capitais brasileiras, por meio de questionário totalizando 33.655 alunos, 3.099 professores e 10.255 pais.

expressivo: os dos alunos que afirmam ficar nervosos e revoltados. É um terceiro grupo, menciona a perda de vontade de ir à escola. (ABRAMOVAY et al, 2002a, p.82)

3.2 O PAPEL DA ESCOLA NO QUE TANGE À VIOLÊNCIA

A educação é tida como solução para vários problemas, um fator de mobilidade social e melhores oportunidades. “Soluções educacionais também se encontram na raiz da violência nas escolas, que, conforme dados, têm impacto sobre a sociabilidade, a qualidade do ensino e o aproveitamento dos alunos. Não se pode reduzir tudo à educação, mas fica fora de dúvida o valor das suas contribuições, inclusive para combater a pobreza, questão base, intimamente associada à exclusão.” (ABRAMOVAY et al, 2002a, p.11)

Na solução dessa problemática, deve-se levar em conta tanto as variáveis exógenas – relacionadas ao sistema econômico, a desestruturação familiar, as políticas públicas, etc; quanto as variáveis endógenas – associadas ao grau de organização ou desorganização local, os métodos e padrões de cada escola.(LOPES e GASPARIN, 2003, p.303)

No que se refere aos problemas externos à escola, “a escola assume uma série de funções compensatórias às carências trazidas pelos alunos, sobretudo por aqueles provenientes de contextos sociais marginalizados. Portanto, a atratividade da escola pressupõe a transformação dessa instituição em espaço não só de aprendizagem, mas também de sociabilidade para os alunos que a freqüentam.” (IPEA, 2005)

Segundo NJAINE E MINAYO (2003, p.132), a escola tem o papel de mediadora, e cabe a ela conjuntamente à família, ampliar o diálogo sobre a questão da violência:

A família e a escola têm sido historicamente a base da educação de crianças, adolescentes e jovens e da inserção social desse grupo. A negação do diálogo, as formas de violência física, sexual, moral e psicológica contra esse grupo etário que ocorrem muitas vezes no âmbito intrafamiliar podem refletir na vida escolar sob a forma de comportamentos agressivos ou mesmo apáticos dos alunos, desafiando os educadores para o enfrentamento dessa problemática. Diante da Violência, o desafio maior é o reconhecimento da complexidade de suas manifestações, sem reduzi-la a uma única fonte. O lugar da escola, como fonte privilegiada de mediação, assim como o da família possibilita uma atuação ampla no campo da prevenção da violência. Mas é necessário que essas instituições caminhem juntas, buscando principalmente estabelecer uma relação respeitosa com os jovens.

A escola pode transformar situações críticas, através de uma melhor organização de sua didática, onde haja o diálogo, valorização de alunos e professores e sentimento de pertencimento. Também é necessário, cultivar vínculos com a comunidade, contar com a participação dos pais dos alunos, abrir as escolas nos finais de semana, para atividades sociais, culturais e esportivas, tornando-se assim a escola um local seguro e respeitado perante a sociedade. (ABRAMOVAY et al, 2002a, p.84)

4. O PROGRAMA COMUNIDADE ESCOLA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Em busca de resultados positivos que podem ser alcançados com a oportunidade de participação da comunidade em ambientes educacionais e desportivos, a partir do 'espírito' de pertencimento, o município de Curitiba implementou o projeto comunidade escola.

O Programa Comunidade Escola, implementado em 2005, tem como objetivo desenvolver ações preventivas e sócio-educativas para contribuir com a inclusão social, melhorar o aprendizado dos alunos, promover a cultura de paz, integrar a comunidade à escola e formar cidadãos. (SME, 2007)

4.1 QUANTO À ATUAÇÃO DO PROGRAMA

“O programa abre as escolas à população nos finais de semana e em horários noturnos, em que não esteja com atividades letivas. Em suas salas de aulas, quadras esportivas, auditórios, bibliotecas e laboratórios de informática, diversas atividades sócio-educativas gratuitas são desenvolvidas nas áreas de saúde, empreendedorismo, cidadania, esporte e cultura.” (SME, 2007)

Entre o início do programa em maio de 2005 e dezembro de 2006, foram registradas mais de 668 mil participações da comunidade nas atividades sócio-educativas do Comunidade Escola. (SME, 2007)

“As atividades são planejadas, em cada escola, por um grupo formado por representantes da comunidade, da escola e da prefeitura, de modo a que sejam observados e garantidos os interesses da comunidade. As oficinas são desenvolvidas por voluntários, instrutores, servidores municipais e estagiários de graduação.” (SME, 2007)

Foram desenvolvidas em 2006, 6.912 atividades de esporte e lazer (xadrez, futebol, vôlei, capoeira, lutas olímpicas, tênis e Projeto Recicle e Brinque); 3.130 atividades culturais (oficinas de violão, violino, teclado e flauta; Projeto Cinema nos Bairros; oficinas de desenho, dança, música, literatura, coral, apresentações de grupos musicais, cantores locais e grupo folclóricos); no que tange a educação e cidadania foram 2.895 atividades (cursos de informática, curso pré-vestibular, hora do conto, oficinas de inglês, espanhol e latim, oficinas de Gerenciamento de

Finanças Pessoais e Declaração de Isenção do Imposto de Renda); 607 atividades na área da saúde (Projeto Ônibus Adolescente Saudável; Projeto Casa Saudável; oficinas de saúde nutricional, aleitamento materno, saúde da mulher), e no enfoque da geração de renda ofereceu 991 atividades como oficinas de artesanato – fuxico, crochê, tricô, bordado, bijuteria, pintura em caixas de madeira e assessórios de miçanga –, cursos de manicuro e pedicuro, pedreiro, porteiro e noções de eletricitista. (SME, 2007)

4.2 METODOLOGIA¹¹

A avaliação do Programa Comunidade Escola se estruturou em um estudo quantitativo, do tipo *survey*, abrangendo o censo das 55 escolas integrantes do Comunidade Escola. Foram utilizados sete tipos de questionários, específicos para os atores sociais, são eles: Diretores das escolas; Professores Coordenadores; Oficineiros; Membro do COL (Conselho de Organização Local) e Beneficiários/Participantes. Estes últimos foram extratificados conforme a idade e sexo, sendo aplicados três questionários para quatro faixas etárias: Crianças de 0 a 14 anos; Jovens de 15 a 24 anos; Adultos de 25 a 60 anos e Adultos com mais de 60 anos. As últimas duas categorias foram avaliadas com o mesmo questionário. Sendo que para as outras foram aplicados questionários com questões comuns e questões específicas. Os questionários constituem-se de questões fechadas, que possibilitam a quantificação de um vasto número de informações.

Primeiramente procedeu-se uma estimativa dos estratos de faixa etária e sexo com os dados de participações do Mês de Abril 2007. O tamanho da amostra obtida em cada escola participante foi escolhido com base na sua participação e a composição entre Crianças (0 a 14 anos), Jovens (15 a 24 anos) e adultos (mais de 24 anos, aqui incluímos as observações também dos Adultos com mais de 65 anos). Uma característica desta amostra é a sua representatividade da população envolvida, que seleciona um indivíduo da amostra com a mesma probabilidade com que seria selecionado da população.

O tamanho da amostra escolhido foi tal que nos permitem inferências com um

¹¹ Dados preliminares elaborados pelo Núcleo de Avaliação de Políticas Públicas Educacionais UFPR.

nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%. O método da amostragem dos participantes foi a construção de uma amostra estratificada por faixa etária e gênero e seleção aleatória dentro destes estratos. O cálculo da amostra considera o estudo da variabilidade entre os elementos do universo, visto que, quanto maior a variabilidade presente nestes elementos maior será o tamanho da amostra a ser pesquisada. Decidiu-se adotar a variabilidade máxima entre os elementos, obtendo-se um valor conservador para o tamanho da amostra em cada segmento.

Os tamanhos de amostra de cada segmento foram determinados segundo a fórmula a seguir:

$$n = \frac{N}{(N-1) \times D + \frac{1}{4}} ; D = \frac{B^2}{Z_a^2}$$

Sendo:

- n o tamanho da amostra,
- N o tamanho da população,
- B o erro máximo e
- Z o grau de confiança (Bolfarine e Bussab, 2001).

Os questionários foram aplicados durante os meses de junho e julho 2007 com o apoio de sete pesquisadores de campo e infra-estrutura logística da Unidade Gestora do Programa.

Foi escolhido um grupo de 28 escolas como controle, caracterizadas como não participantes, estas apresentam um perfil sócio-econômico do seu entorno comparável com o grupo de escolas participantes. Foram novamente aplicados questionários para uma mostra representativa de alunos, todos os diretores, um professor a cada escola, assim como uma amostra estratificada por idade e sexo de pessoas na comunidade em torno da escola controle. Foram então aplicados questionários para crianças, jovens e adultos.

Apresentado a metodologia, cabe salientar que o presente trabalho selecionou alguns dados da mencionada pesquisa, dado a limitação do tema, sendo assim, a população analisada foi os participantes, ou seja, os beneficiários do programa (crianças, jovens, adultos). Ressalta-se, adicionalmente, que o Programa Comunidade Escola é realizado nas escolas municipais, ou seja, em escolas que vão até a quarta série, embora qualquer pessoa possa participar deste.

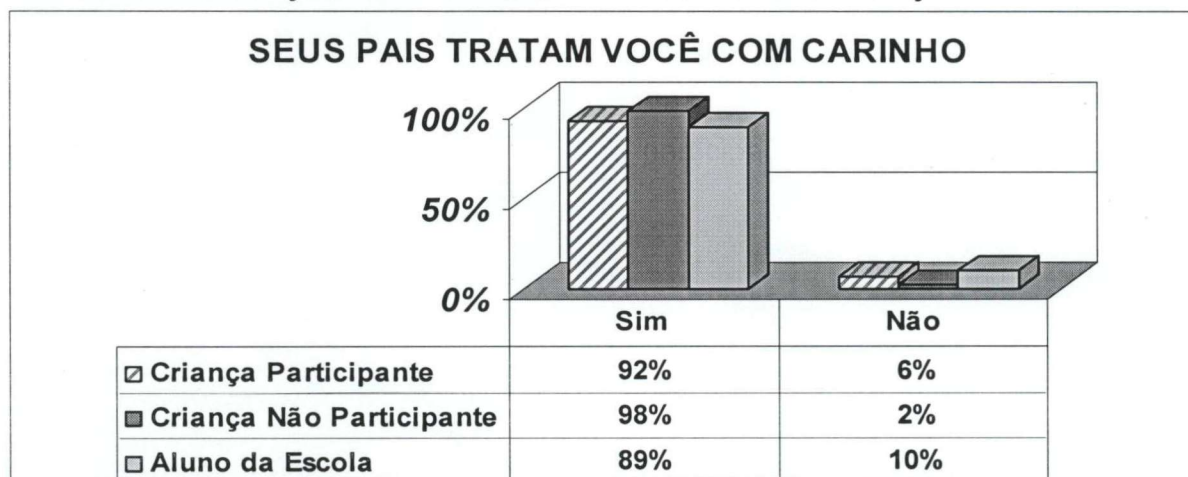
4.3 ANÁLISE EMPÍRICA

Para facilitar a análise, iremos chamar de crianças participantes somente aquelas que participam do Programa Comunidade Escola; crianças não participantes, aquelas que não participam do Programa Comunidade Escola; e alunos participantes, aquelas crianças que participam do Programa e estudam na mesma escola deste.

4.3.1 Aspectos Exógenos à Escola – Ambiente Familiar

No que concerne aos aspectos exógenos à escola, como o ambiente familiar, a Figura 4.1 revela que não há diferenças significativas quanto ao aspecto afeição dispensada pelos pais às crianças, sendo que 89% dos alunos participantes apontam que seus pais os tratam com carinho, contra 92% das crianças participantes e 98% das crianças não participantes.

FIGURA 4.1 – AFEIÇÃO DISPENSADA PELOS PAIS À CRIANÇA

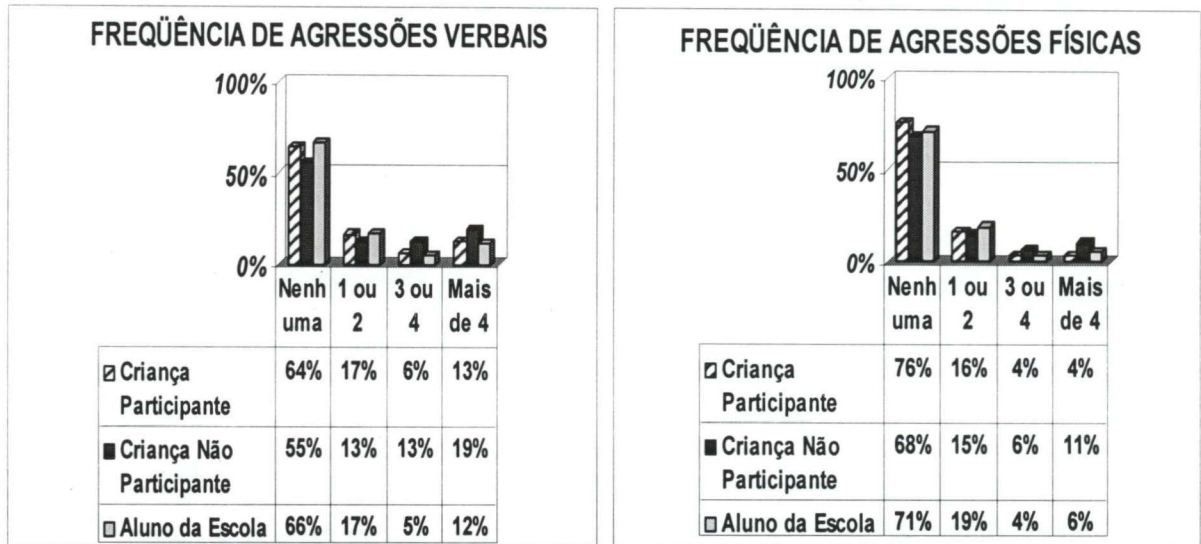


FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Criança Participante representa o grupo de crianças que participa do programa comunidade escola; Criança Não Participante representa o grupo de crianças que não participa do Programa Comunidade escola; e Aluno da Escola representa o grupo de crianças que participa do Programa Comunidade escola e estuda na mesma escola do Programa.

Porém, o percentual de crianças que sofreram agressões físicas e verbais por parte de seus pais é menor entre as crianças participantes e entre os alunos participantes, de acordo com os dados apresentados na Figura 4.2. Pode-se verificar, adicionalmente, que a frequência tanto de agressões verbais quanto de agressões físicas é maior entre as crianças não participantes.

FIGURA 4.2 - FREQUÊNCIA DE AGRESSÕES FÍSICAS E VERBAIS POR PARTE DE PAIS OU RESPONSÁVEIS, SOFRIDAS PELAS CRIANÇAS, NO ÚLTIMO ANO

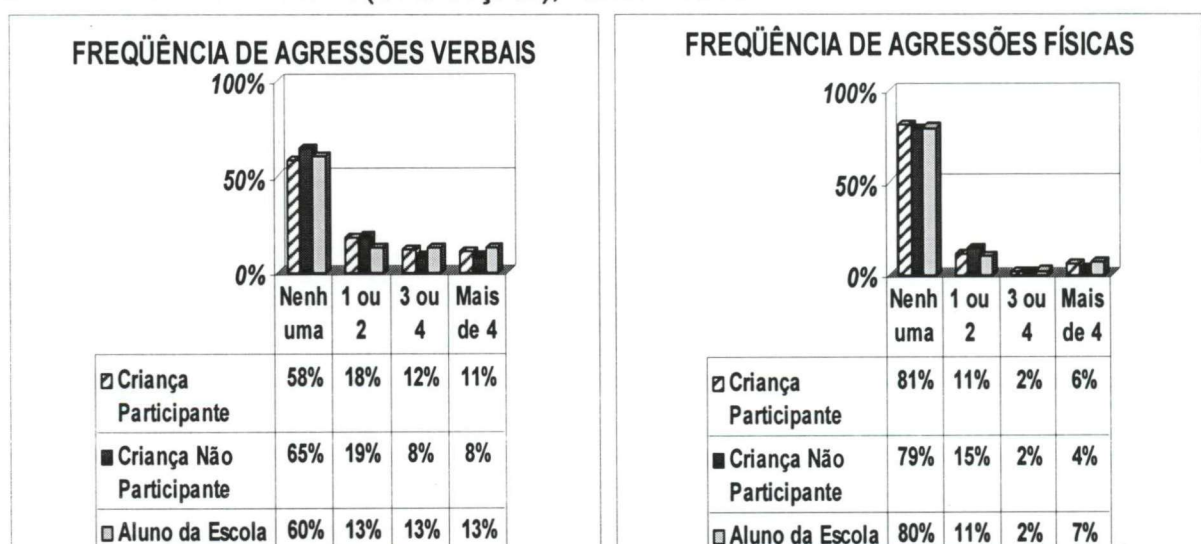


FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Criança Participante representa o grupo de crianças que participa do programa comunidade escola; Criança Não Participante representa o grupo de crianças que não participa do Programa Comunidade escola; e Aluno da Escola representa o grupo de crianças que participa do Programa Comunidade escola e estuda na mesma escola do Programa.

Contudo a frequência de agressões físicas e verbais entre membros da família (Figura 4.3) é alta nos diferentes grupos, sendo que, aproximadamente, 20% das crianças relataram ter presenciado, ao menos, uma ou mais vezes, agressões físicas entre membros de sua família e 40% agressões verbais.

FIGURA 4.3 - FREQUÊNCIA DE AGRESSÕES FÍSICAS E VERBAIS ENTRE MEMBROS DA FAMÍLIA (CRIANÇAS), NESTE ANO



FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Criança Participante representa o grupo de crianças que participa do programa comunidade escola; Criança Não Participante representa o grupo de crianças que não participa do Programa

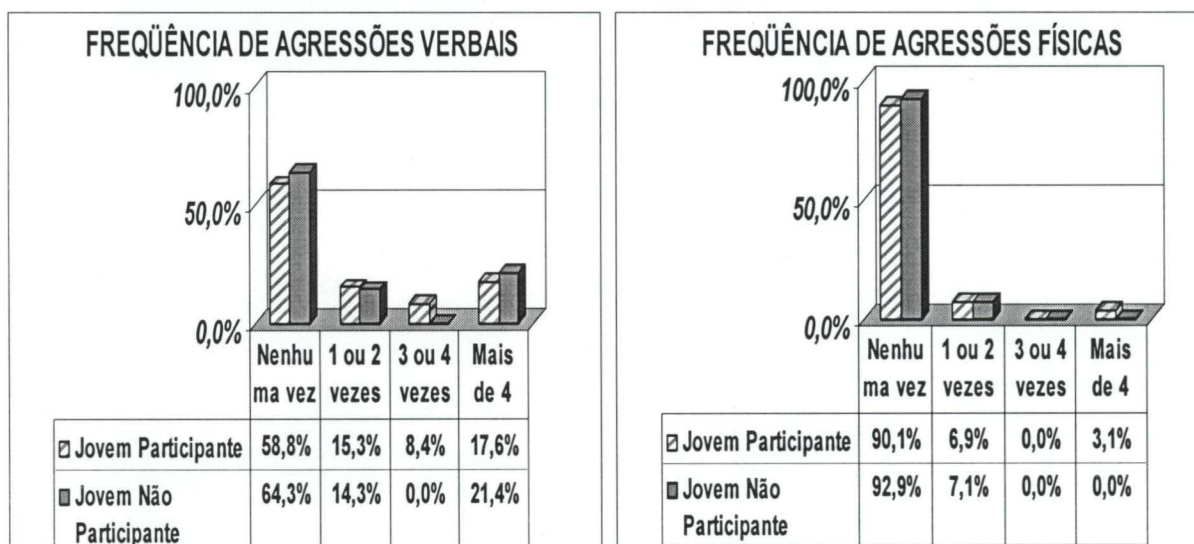
Comunidade escola; e Aluno da Escola representa o grupo de crianças que participa do Programa Comunidade escola e estuda na mesma escola do Programa.

Verifica-se um elevado grau de vulnerabilidade do ambiente familiar das crianças como um todo, independente se essas participam ou não do Programa, sendo esta percebida pela freqüência de agressões físicas e verbais – violência familiar.

Assumindo a mesma variável de análise, para os jovens (ambiente familiar), podemos verificar que não há diferenças estatisticamente significativa entre os jovens que participam do Programa e os que não participam, em relação às agressões físicas e verbais. De acordo com os dados apresentados na Figura 4.4, aproximadamente 60% dos jovens relataram não ter sofrido agressões verbais e 90% relataram não ter sofrido agressões físicas, no corrente ano.

Em relação à agressão física, em torno de 7% dos jovens de ambos os grupos sofreram, nos últimos seis meses, ao menos uma vez, algum tipo de agressão física.

FIGURA 4.4 – FREQUÊNCIA DE AGRESSÕES VERBAIS E FÍSICAS POR PARTE DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS, SOFRIDAS PELOS JOVENS, NESTE ANO



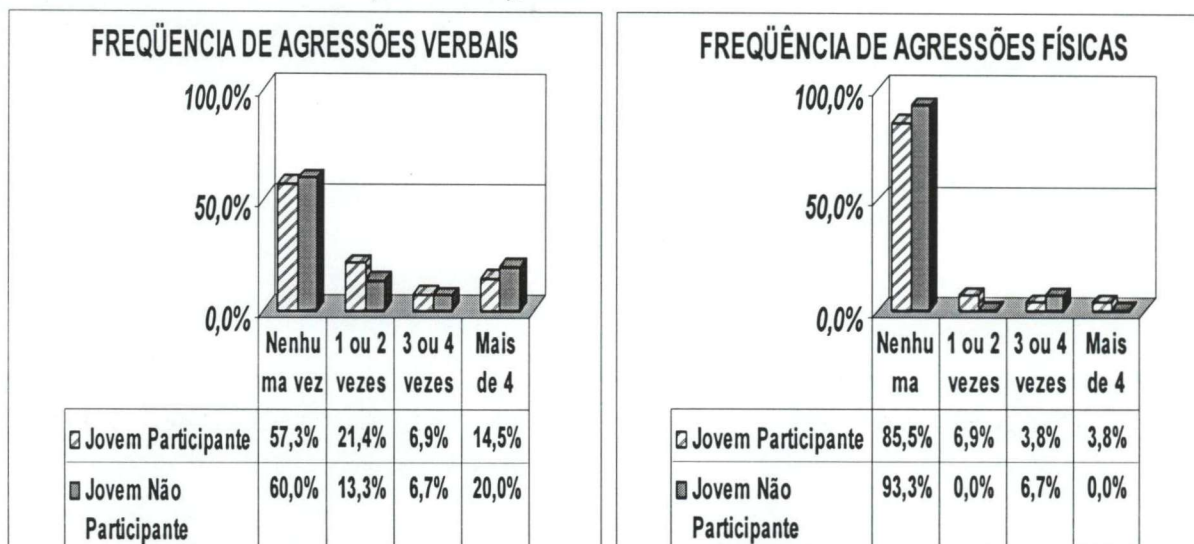
FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Jovem Participante representa o grupo de jovens que participa do programa comunidade escola; Jovem Não Participante representa o grupo de jovens que não participa do Programa Comunidade Escola.

Adicionalmente, a porcentagem de jovens que relataram não ter presenciado agressões físicas e verbais entre membros da família (Figura 4.5) não apresentou diferença significativa entre os dois grupos. Porém, a freqüência de agressões

físicas foi relatada em maior grau entre os jovens participantes do Programa.

FIGURA 4.5 - FREQUÊNCIA DE AGRESSÕES VERBAIS E FÍSICAS ENTRE MEMBROS DA FAMÍLIA (JOVENS), NESTE ANO



FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Jovem Participante representa o grupo de jovens que participa do programa comunidade escola; Jovem Não Participante representa o grupo de jovens que não participa do Programa Comunidade Escola.

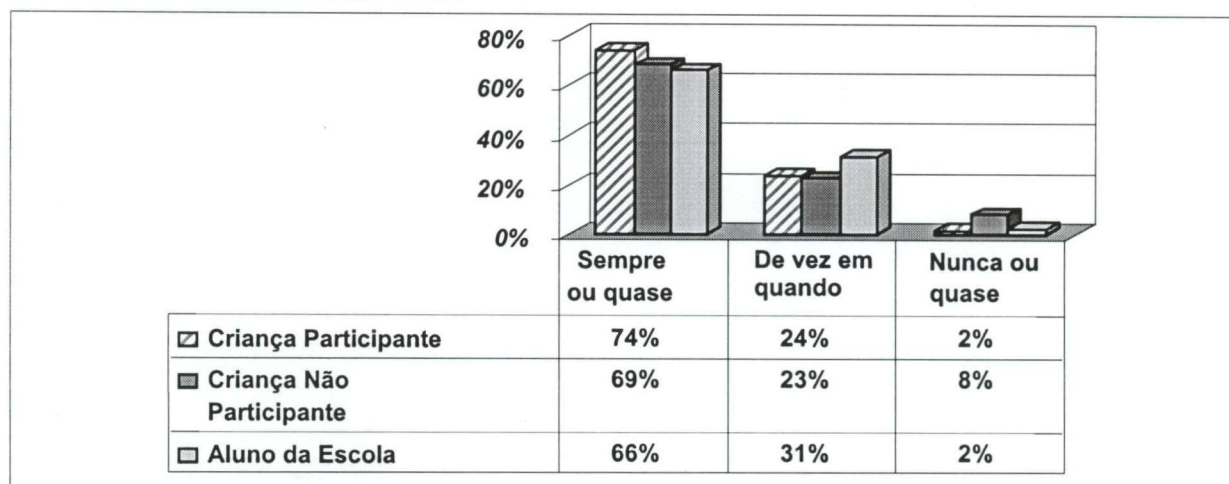
A violência familiar relatada por ambos os grupos de jovens é relevante. No que tange a agressão física, pode-se perceber a vulnerabilidade dos jovens participantes do Programa, dado que 3% destes relataram ter sofrido esse tipo de agressão mais de quatro vezes em apenas seis meses.

Como mencionado no capítulo 2, a violência doméstica é caracterizada como uma das causas da violência, chamado de causas contextuais proximais, é a forma de violência presente no cotidiano, a qual os indivíduos têm contato direto.

4.3.2 Aspectos Endógenos à Escola – Ambiente Escolar

No que concerne os fatores endógenos à escola, o ambiente escolar das crianças participantes é semelhante ao ambiente das não participantes, ao menos no que se refere às salas de aula (Figura 4.6).

FIGURA 4.6 – FREQUÊNCIA COM QUE ALUNOS FAZEM DESORDEM E BARULHO EM SALA DE AULA

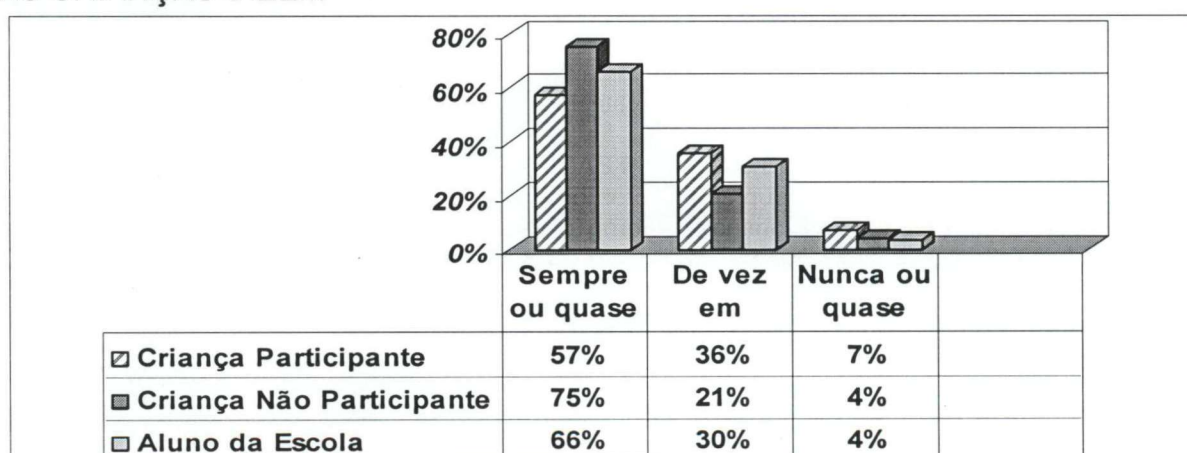


FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Criança Participante representa o grupo de crianças que participa do programa comunidade escola; Criança Não Participante representa o grupo de crianças que não participa do Programa Comunidade escola; e Aluno da Escola representa o grupo de crianças que participa do Programa Comunidade escola e estuda na mesma escola do Programa.

Quanto ao aspecto da relação professor/aluno, pode-se verificar pela Figura 4.7 que, enquanto 75% das crianças não participantes relataram que seus professores dão atenção ao que elas dizem sempre ou quase sempre, apenas 57% das crianças participantes e 66% dos alunos participantes fizeram a mesma afirmação.

FIGURA 4.7 – FREQUÊNCIA COM QUE PROFESSORES DÃO ATENÇÃO AO QUE AS CRIANÇAS DIZEM

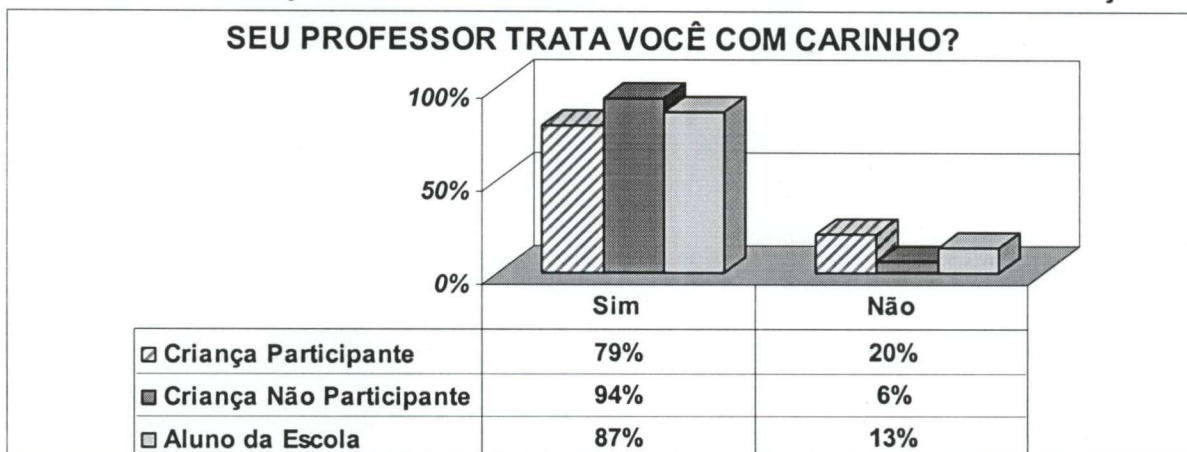


FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Criança Participante representa o grupo de crianças que participa do programa comunidade escola; Criança Não Participante representa o grupo de crianças que não participa do Programa Comunidade escola; e Aluno da Escola representa o grupo de crianças que participa do Programa Comunidade escola e estuda na mesma escola do Programa.

Quando questionado se o professor lhe tratava com carinho, figura 4.8, 94% das crianças não participantes responderam afirmativamente, contra 79% das crianças participantes e 87% dos alunos participantes.

FIGURA 4.8 – AFEIÇÃO DISPENSADA PELOS PROFESSORES ÀS CRIANÇAS



FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Criança Participante representa o grupo de crianças que participa do programa comunidade escola; Criança Não Participante representa o grupo de crianças que não participa do Programa Comunidade escola; e Aluno da Escola representa o grupo de crianças que participa do Programa Comunidade escola e estuda na mesma escola do Programa.

Verifica-se quanto ao ambiente escolar, que as crianças e alunos participantes estão em pior condição, dado pela relação professor-aluno relatada por estes.

O relato das crianças que participam do Programa vai de encontro ao que ABRAMOVAY, et al. (2002a) destaca em relação à exclusão social no ambiente escolar, item 3.1 deste trabalho, no qual NJAINE E MINAYO (2003) complementam, se referindo ao distanciamento do professor, entrave para um bom relacionamento com o aluno.

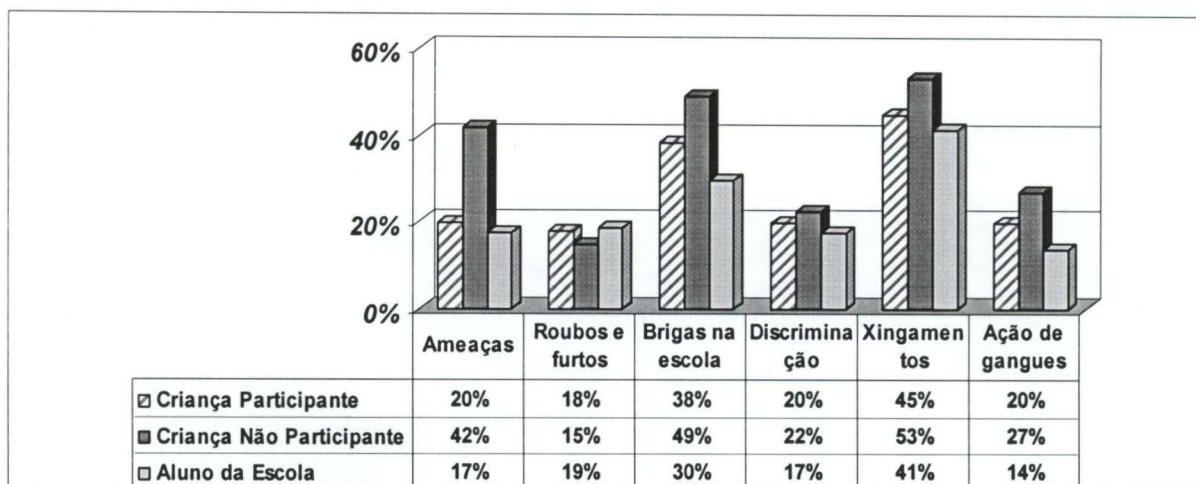
4.3.3 A Violência na Escola e em seu Entorno

Relembrando a classificação da violência escolar proposta por CHARLOT (item 3), tem-se a violência, a incivildade e a violência simbólica ou institucional.

À violência no ambiente escolar aumentou, nos últimos seis meses, na percepção das crianças. As modalidades de violência abordadas foram – ameaças, roubos e furtos, brigas na escola, discriminação, xingamentos, ações de gangues.

Conforme Figura 4.9, se verificou um aumento das incivildades maior nas escolas das crianças não participantes, do que nas escolas das crianças participantes.

FIGURA 4.9 – NA VISÃO DAS CRIANÇAS, O AUMENTO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA



FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

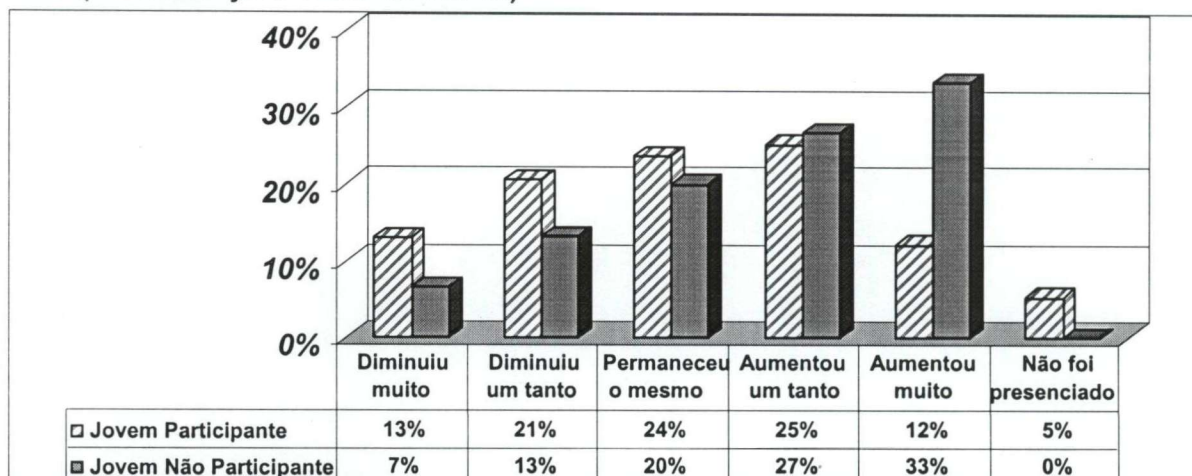
NOTAS: Criança Participante representa o grupo de crianças que participa do programa comunidade escola; Criança Não Participante representa o grupo de crianças que não participa do Programa Comunidade escola; e Aluno da Escola representa o grupo de crianças que participa do Programa Comunidade escola e estuda na mesma escola do Programa.

É interessante notar que as formas de violência mais comumente conhecidas e reconhecidas como tal, como roubos e furtos, ações de gangues foram as que, na percepção dos alunos tiveram menor incidência. Os problemas mais comuns estão relacionados às incivildades, ou seja, falta de respeito, palavras grosseiras (xingamentos).

Esses dados dão suporte à afirmação de GONÇALVES e SPOSITO (2002) sobre um maior aumento dos problemas internos à escola relacionados a agressões interpessoais em comparação aos demais tipos de violência.

No que concerne o entorno da escola, a violência entre grupos aumentou nos últimos 5 anos, de acordo com a maioria dos jovens. A única diferença estatisticamente significativa (Figura 4.10) foi a percepção entre os jovens que a violência aumentou muito, sendo que a frequência de respostas afirmativas foi consideravelmente maior para o grupo de jovens não participantes.

FIGURA 4.10 – VIOLÊNCIA ENTRE GRUPOS NA COMUNIDADE, NOS ÚLTIMOS 5 ANO (PERCEPÇÃO DOS JOVENS)

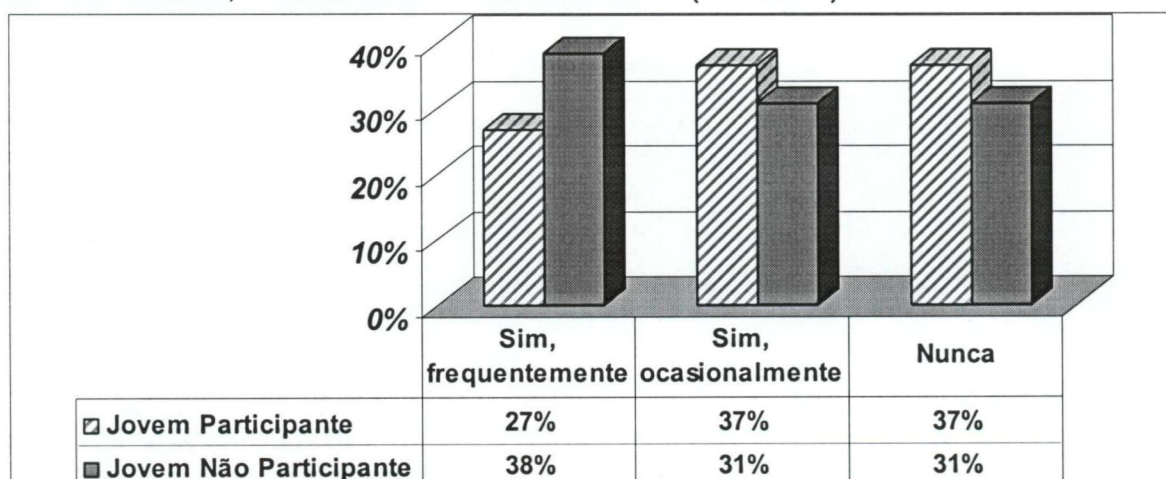


FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Jovem Participante representa o grupo de jovens que participa do programa comunidade escola; Jovem Não Participante representa o grupo de jovens que não participa do Programa Comunidade escola

De acordo com a Figura 4.11, o grupo de jovens que participa do Programa reportou uma menor freqüência do uso de violência em sua comunidade. A diferença estatisticamente significativa, entre os dois grupos, foi o percentual de jovens que relataram ser freqüente o uso de força ou violência em sua comunidade, enquanto 27% dos jovens participantes relataram que esse tipo de atitude é freqüente. No outro grupo o percentual foi de 38%.

FIGURA 4.11 – FREQUÊNCIA COM QUE SEUS VIZINHOS USARAM DA FORÇA OU VIOLÊNCIA, NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (JOVENS)

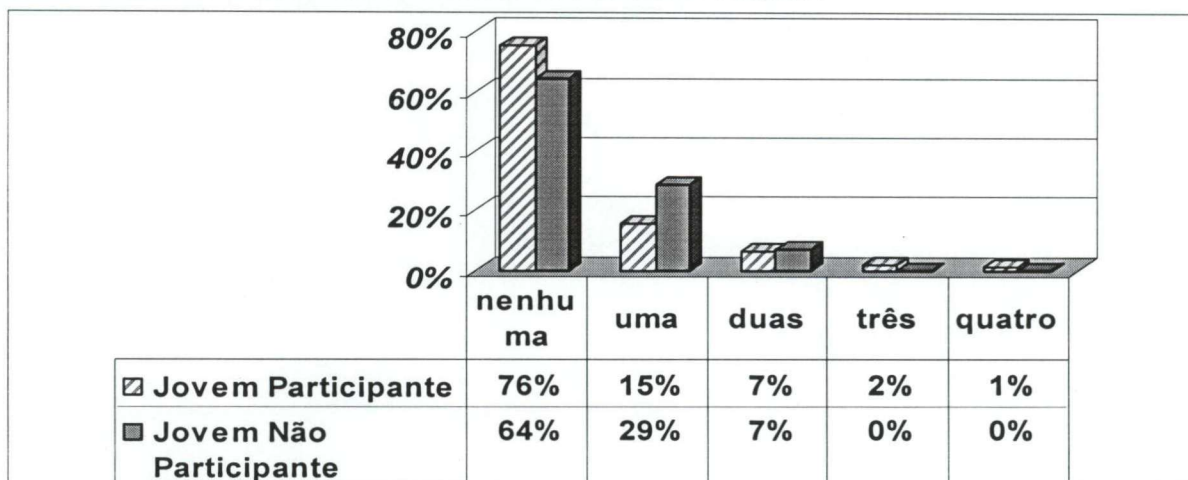


FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Jovem Participante representa o grupo de jovens que participa do programa comunidade escola; Jovem Não Participante representa o grupo de jovens que não participa do Programa Comunidade escola.

Quando questionado sobre a incidência de assaltos (Figura 4.12), maior porcentagem de jovens participantes do Programa relatou não ter sofrido (ele ou alguém de sua família) assalto ou qualquer tipo de ataque, neste ano.

FIGURA 4.12 – FREQUÊNCIA DE ASSALTO OU ATAQUE, NESTE ANO, SOFRIDO PELO JOVEM OU ALGUÉM DE SUA FAMÍLIA



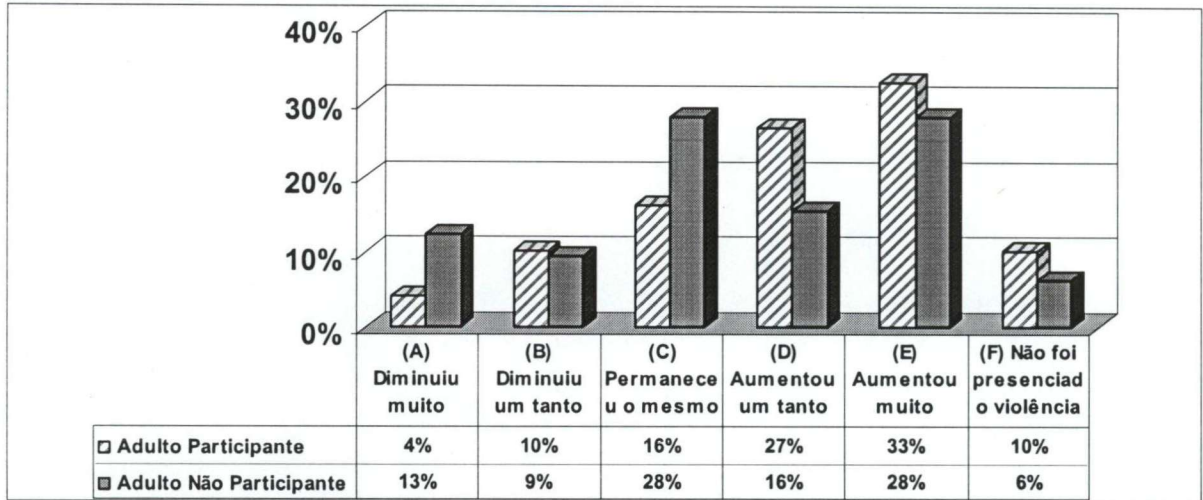
FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Jovem Participante representa o grupo de jovens que participa do programa comunidade escola; Jovem Não Participante representa o grupo de jovens que não participa do Programa Comunidade escola.

Através do relato de ambos os grupos de jovens, verifica-se que, de fato, a violência aumentou nos últimos 5 anos. Porém, o jovem que participa do Programa parece estar em condição melhor, dado ao ambiente da comunidade em que vive em que a frequência do uso da violência é menor. Esse resultado é de extrema relevância visto que indica um reflexo positivo do Programa na redução do nível de violência em meio à comunidade.

Com base na mesma variável de análise para os adultos (a violência no entorno da escola), pode-se verificar que a violência entre grupos aumentou nos últimos 5 anos. Conforme Figura 4.13, dentre os adultos participantes do programa, 60% deles disseram que a violência aumentou, enquanto que no grupo de adultos não participantes, 44% destes fizeram tal afirmação.

FIGURA 4.13 – VIOLÊNCIA ENTRE GRUPOS NA COMUNIDADE, NOS ÚLTIMOS 5 ANO (PERCEPÇÃO DOS ADULTOS)

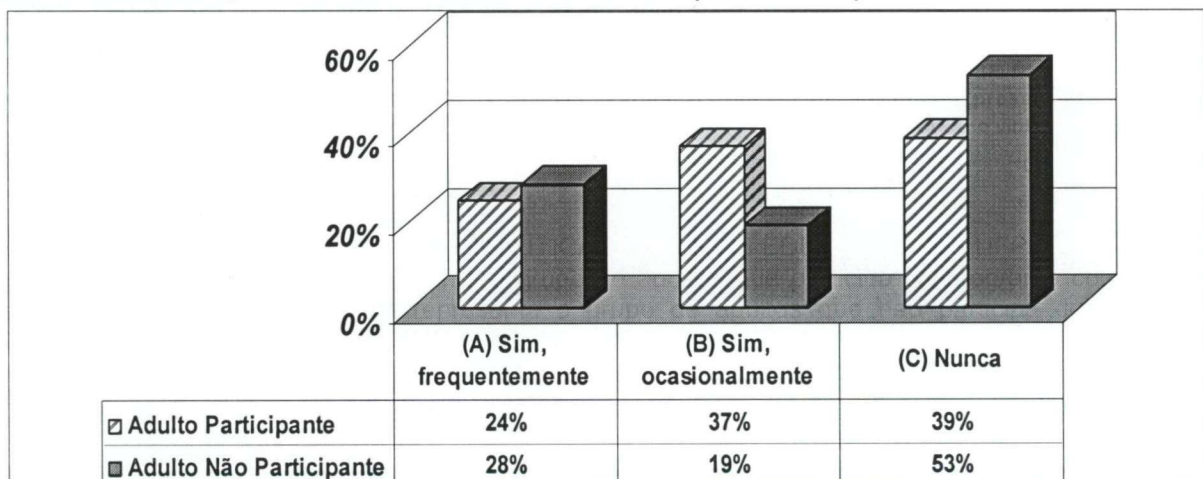


FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Adulto Participante representa o grupo de adultos que participa do programa comunidade escola; Adulto Não Participante representa o grupo de adultos que não participa do Programa Comunidade Escola.

De acordo com a Figura 4.14, 61% dos adultos que participam do Programa reportaram o uso de violência em sua vizinhança, sendo esta freqüente ou ocasional. No entanto, dentre o grupo de adultos que não participa do Programa esse percentual é de 47%.

FIGURA 4.14 – FREQUÊNCIA COM QUE SEUS VIZINHOS USARAM DA FORÇA OU VIOLÊNCIA, NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (ADULTOS)

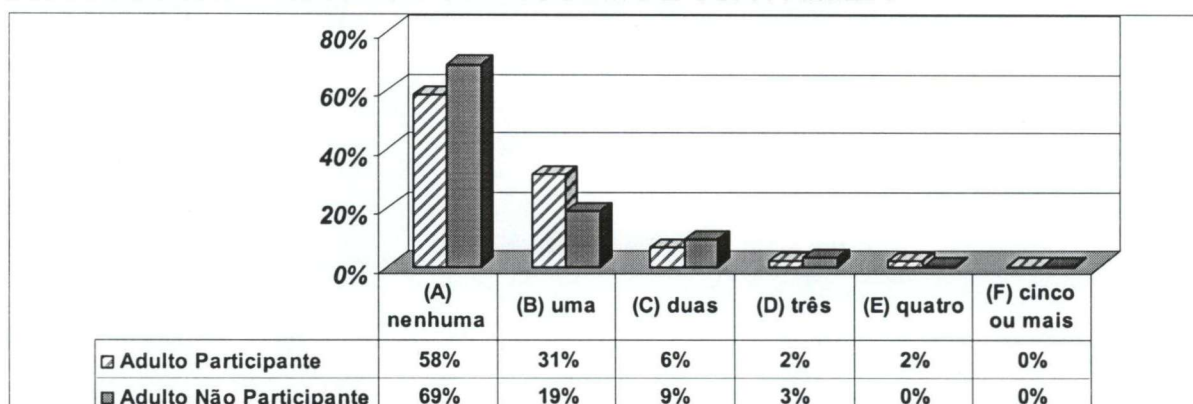


FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Adulto Participante representa o grupo de adultos que participa do programa comunidade escola; Adulto Não Participante representa o grupo de adultos que não participa do Programa Comunidade Escola.

Quando questionado sobre a incidência de assaltos (Figura 4.15), 58% dos adultos participantes relataram não ter sofrido (ele ou alguém de sua família) assalto ou qualquer tipo de ataque, neste ano. Entre o grupo de adultos não participantes, esse percentual foi de 69%.

FIGURA 4.15 – FREQUÊNCIA DE ASSALTO OU ATAQUE, NESTE ANO, SOFRIDO PELOS ADULTOS OU ALGUÉM DE SUA FAMÍLIA



FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Adulto Participante representa o grupo de adultos que participa do programa comunidade escola; Adulto Não Participante representa o grupo de adultos que não participa do Programa Comunidade Escola.

Ambos os grupos de adultos confirmaram o que os jovens já haviam mencionado sobre o aumento da violência nos últimos 5 anos. Todavia, podemos perceber que o grupo de adultos participantes têm uma diferente percepção da violência no que tange a comunidade onde vive e a porcentagem de vítimas de assaltos no último ano.

4.3.4 O Papel Institucional

Foram questionados jovens e adultos sobre a confiança nas autoridades governamentais de resolver o problema da violência, e ambos os grupos responderam negativamente.

A maior parte dos jovens de ambos os grupos (60%) relataram não confiar nas autoridades governamentais para resolver o problema, conforme os dados apresentados na Figura 4.16.

FIGURA 4.16 – GRAU DE CONFIABILIDADE NA PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA POSSIBILITADA PELAS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS

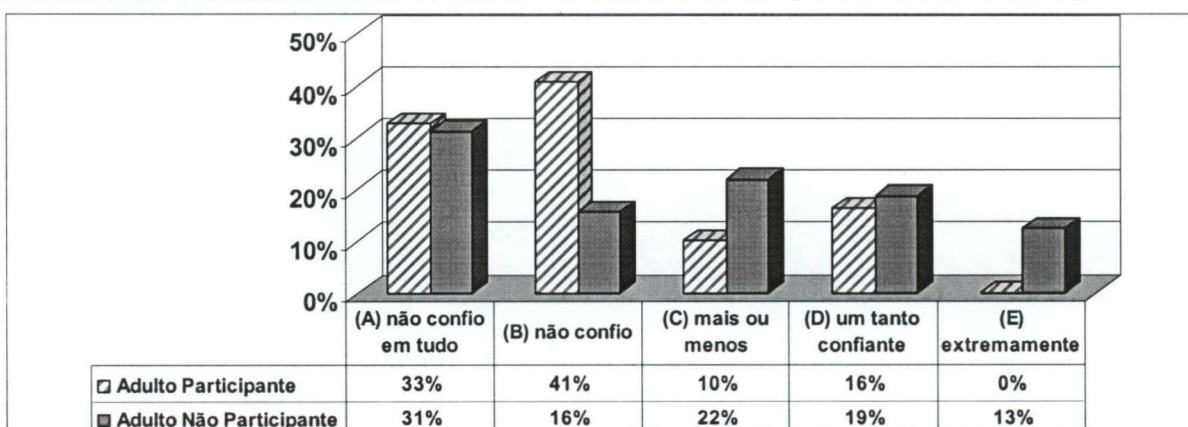


FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Jovem Participante representa o grupo de jovens que participa do programa comunidade escola; Jovem Não Participante representa o grupo de jovens que não participa do Programa Comunidade escola.

Entre os adultos, a diferença entre os grupos, foi significativa, enquanto 74% dos adultos que participam do Programa relataram não confiam nas autoridades governamentais, apenas 47% fizeram a mesma afirmação entre o grupo de adultos não participantes (Figura 4.17). Essa falta de confiança nas autoridades governamentais reflete a maior percepção da violência do grupo dos adultos participantes em relação aos não participantes.

FIGURA 4.17 – GRAU DE CONFIABILIDADE NA PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA POSSIBILITADA PELAS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS



FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Adulto Participante representa o grupo de adultos que participa do programa comunidade escola; Adulto Não Participante representa o grupo de adultos que não participa do Programa Comunidade Escola.

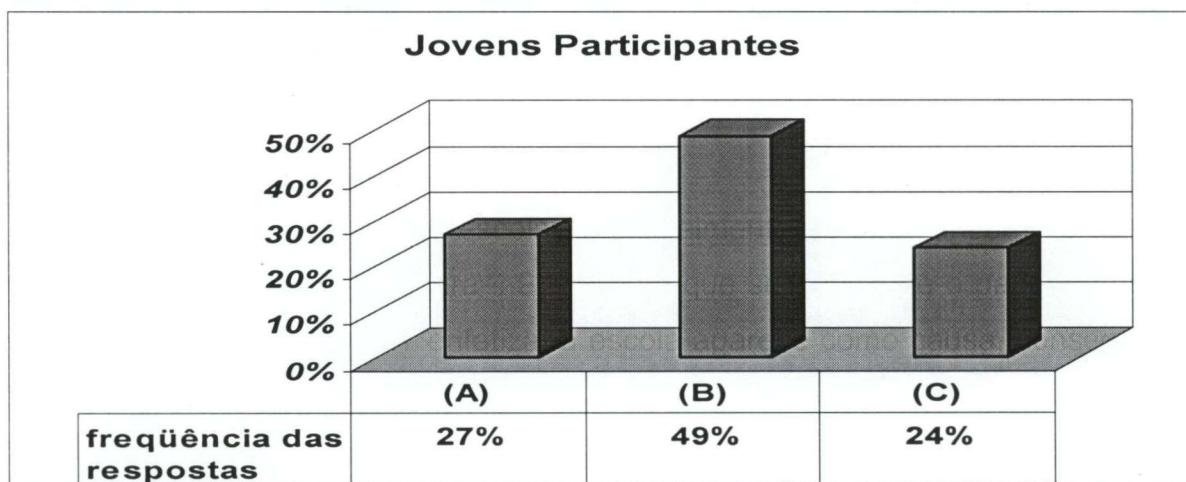
Essa falta de confiança no poder das autoridades governamentais confirma o que CHESNAIS destaca quando cita uma necessidade de participação mais efetiva do Estado. Esse fator, caracterizado como uma das causas da violência, chamado de causas contextuais distais, é bastante relevante, pois a carência do poder do Estado tanto na repressão como na prevenção à violência gera um sentimento de impunidade.

4.3.5 O Papel da Escola

A mudança no ambiente escolar, principalmente ao que concerne o aumento da violência destacado na Figura 4.9, faz com que se questione o papel da escola, no qual, como ABRAMOVAY enfatiza: a escola aparece como causa, conseqüência e espelho desses problemas.

Na opinião dos jovens participantes do programa 49% deles acreditam que a escola tem papel fundamental na determinação da mobilidade social, 27% acreditam na função de inclusão social e 24% acham que o seu principal papel é na redução da violência.

FIGURA 4.18 – A OPINIÃO DOS JOVENS SOBRE O PAPEL DA ESCOLA



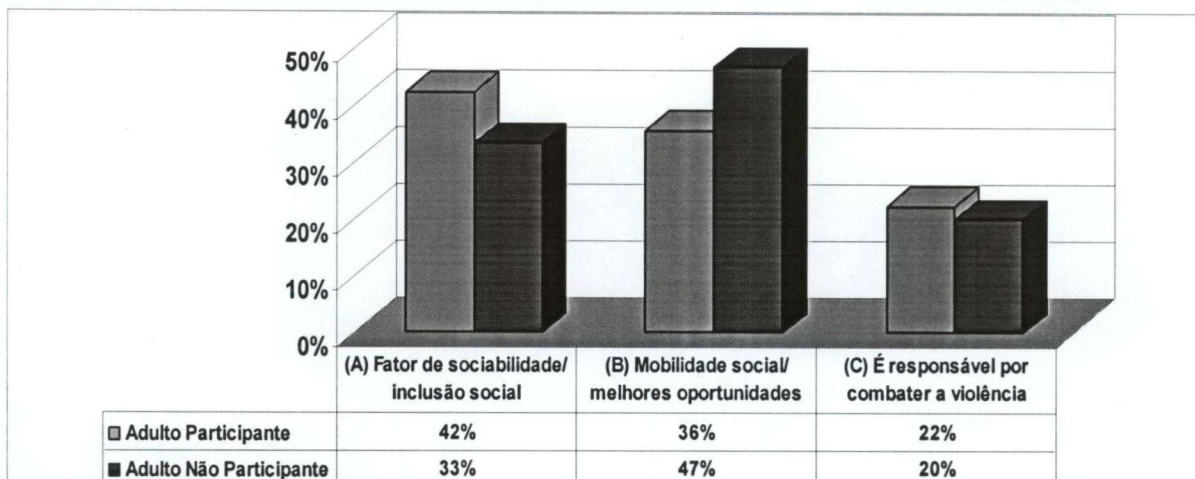
FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Apenas o grupo de jovens que participa do programa comunidade escola. (A) Fator de sociabilidade/ inclusão social; (B) mobilidade social/ melhores oportunidades de emprego; (C) é responsável por combater a violência através da transmissão de valores e normas sociais.

De acordo com os adultos, há diferenças na percepção do papel da escola entre ambos os grupos, enquanto 42% dos adultos participantes acreditam no papel de inclusão social, entre os adultos não participantes 47% acreditam que ela é fator

de melhores oportunidades de emprego. Adicionalmente, cerca de 20%, reportaram considerar a escola como sendo importante para mudar o cenário de violência.

FIGURA 4.19 – A OPINIÃO DOS ADULTOS SOBRE O PAPEL DA ESCOLA



FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Adulto Participante representa o grupo de adultos que participa do programa comunidade escola; Adulto Não Participante representa o grupo de adultos que não participa do Programa Comunidade Escola.

O papel da educação como um fator de mobilidade social adicionalmente foi retratado por ABRAMOVAY et al (2002a), quando menciona que a percepção de escola está mudando. De acordo com a autora a escola é vista, de um lado, como lugar de aprendizagem em busca de melhores oportunidades no mercado de trabalho, exatamente o que foi constatado nas figuras acima, por outro lado, é um local de exclusão social, como se verificou nas Figuras 4.7 e 4.8, na percepção das crianças.

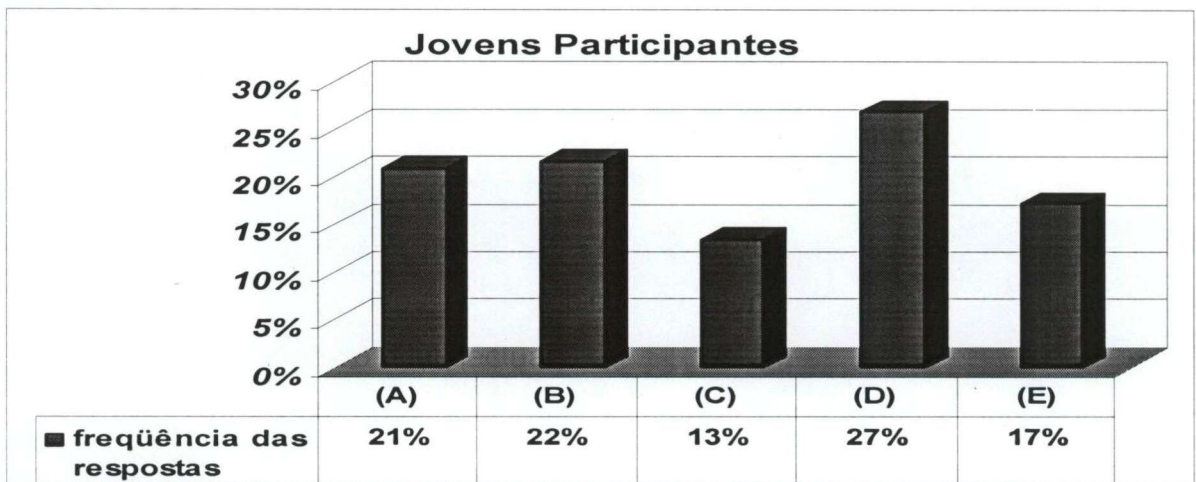
4.3.6 O Programa Comunidade Escola

Como destacado pelo IPEA, a escola deve atrair os alunos, deixando de ser um espaço apenas de aprendizagem, mas adicionalmente de sociabilidade, e é dentro dessa dialética que o Programa Comunidade Escola se encaixa. Enfatiza-se a observação feita por ABRAMOVAY: abrir as escolas nos finais de semana faz com que esta se torne um local seguro e respeitado pela comunidade. O resultado dessa experiência pode ser comprovado com os dados a seguir, principalmente os observados nas Figuras 4.21 e 4.24.

Segundo os jovens participantes, o papel do Programa Comunidade Escola para solução de problemas do cotidiano é relevante, entre as alternativas colocadas aos jovens como possíveis respostas, a saber: 1) promoção da interação da comunidade; 2) mudança no comportamento do indivíduo em relação à escola; 3) ampliação do acesso da população à educação; 4) propiciar atividades de lazer, aproximando pais e filhos; 5) propiciar o aumento das oportunidades de desenvolvimento artístico e intelectual.

Pela Figura 4.20, percebe-se que há uma dispersão quase que proporcional destas. Todavia, o maior percentual de respostas foi da quarta alternativa, 27% dos jovens acreditam que o Programa aproxima pais e filhos através de atividades de lazer.

FIGURA 4.20 – AVALIAÇÃO DOS JOVENS DO PROGRAMA COMUNIDADE ESCOLA

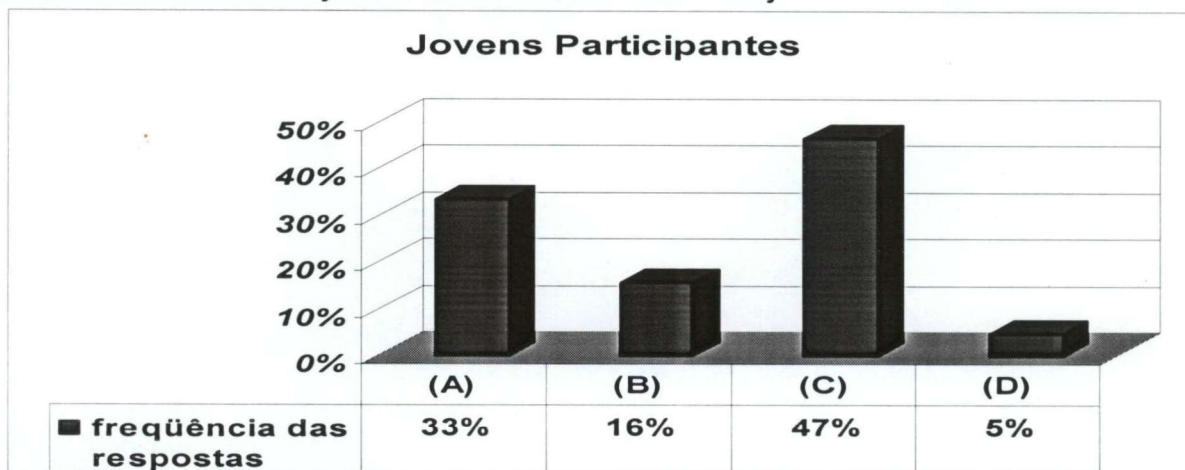


FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Apenas o grupo de jovens que participa do programa comunidade escola. (A) Promove a interação da comunidade; (B) muda o comportamento do indivíduo em relação à escola; (C) amplia o acesso da população à educação; (D) proporciona atividades de lazer, aproximando pais e filhos; (E) propicia o aumento das oportunidades de desenvolvimento artístico e intelectual.

Sobre o impacto do Programa na relação indivíduo/comunidade – escola, a maioria dos jovens, ou seja, 47% destes acreditam que o Programa melhora o comportamento da comunidade, dado que esta desenvolve o sentimento de pertencimento. Sendo que 33% acreditam na melhora da relação do aluno com a escola. (Figura 4.21)

FIGURA 4.21 – O IMPACTO DO PROGRAMA NO COMPORTAMENTO DO INDIVÍDUO EM RELAÇÃO À ESCOLA, NA PERCEPÇÃO DO JOVEM

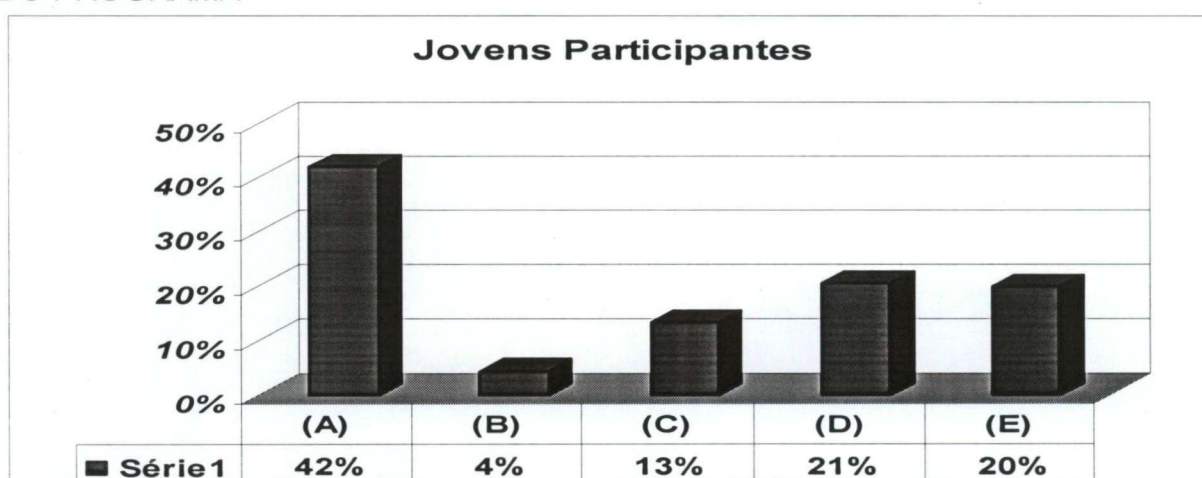


FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Apenas o grupo de jovens que participa do programa comunidade escola. (A) Melhora a relação do aluno com a escola; (B) melhora a relação do aluno-professor; (C) melhora o comportamento da comunidade, dado o sentimento de pertencimento; (D) não influencia.

De acordo com a Figura 4.22, grande parte dos jovens que participam do Programa Comunidade Escola acreditam que o programa tem maior influência na redução da violência.

FIGURA 4.22 – SEGUNDO OS JOVENS, OS FATORES DE MAIOR INFLUÊNCIA DO PROGRAMA



FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

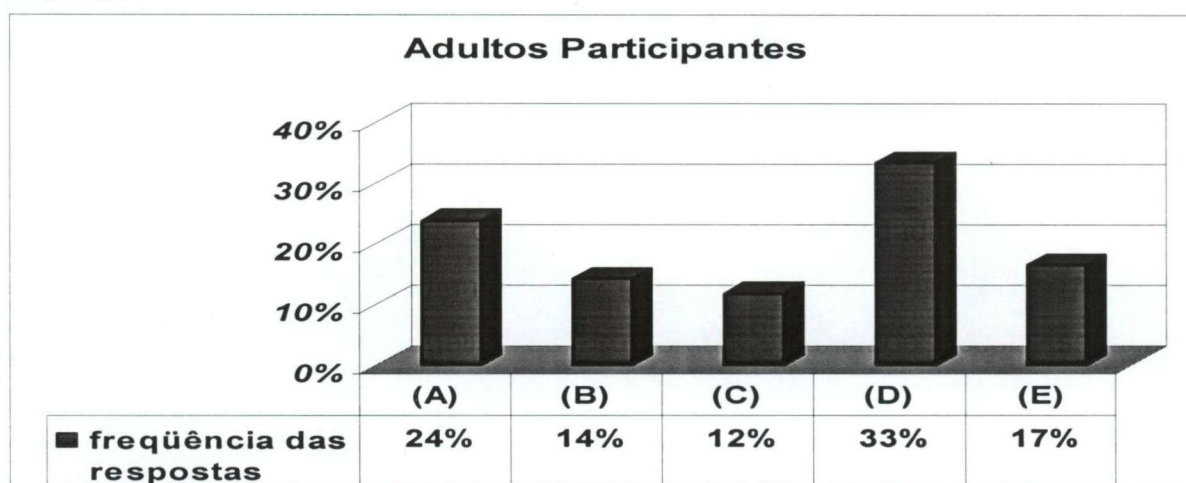
NOTAS: Apenas o grupo de jovens que participa do programa comunidade escola. (A) Redução da violência; (B) redução da depressão; (C) redução do estresse; (D) redução do uso de drogas; (E) redução da degradação dos espaços públicos.

Comparando as figuras 4.16 e 4.22, pode-se perceber que os jovens participantes confiam mais no Programa no que concerne ao combate (redução) à

violência, sendo um percentual de 42%, do que nas autoridades, na qual apenas 16% dos jovens dizem-se confiantes.

Utilizando a mesma análise do Programa Comunidade Escola, segundo a avaliação dos adultos, percebe-se, conforme Figura 4.23, que a maior parte, ou seja, 33% dos adultos participantes acreditam que a principal atividade é o fornecimento de lazer. A segunda resposta mais expressiva (24%) acreditam que o Programa propicia maior interação da comunidade.

FIGURA 4.23 – AVALIAÇÃO DOS ADULTOS DO PROGRAMA COMUNIDADE ESCOLA



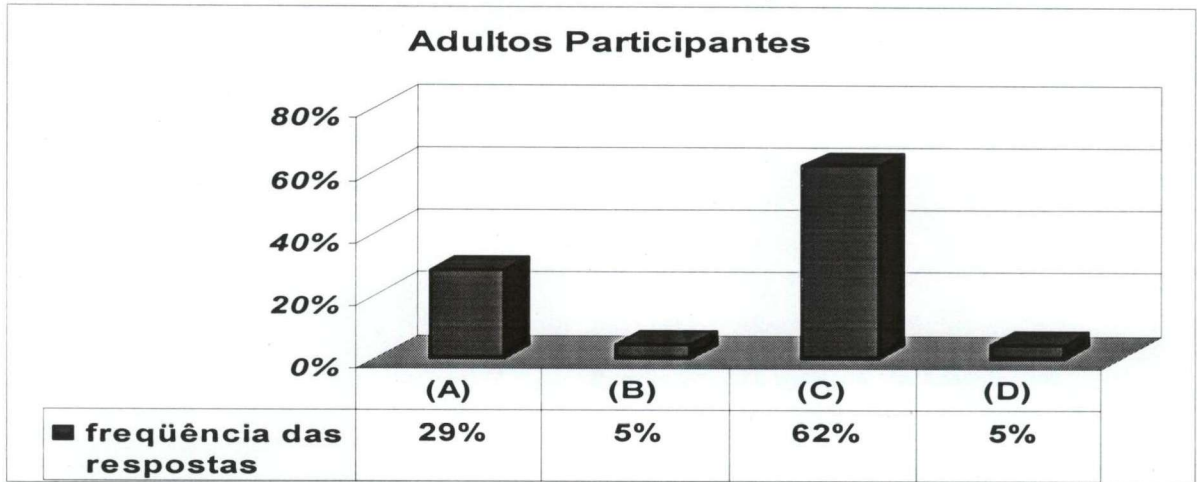
FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Apenas o grupo de adultos que participa do programa comunidade escola. (A) Promove a interação da comunidade; (B) muda o comportamento do indivíduo em relação à escola; (C) amplia o acesso da população à educação; (D) proporciona atividades de lazer, aproximando pais e filhos; (E) propicia o aumento das oportunidades de desenvolvimento artístico e intelectual.

Constata-se com os dados tanto da Figura 4.23, quanto da Figura 4.20, o que já havia sido mencionado pelo IPEA, que a escola assume papel compensatório às carências trazidas pelos alunos.

Sobre o impacto do Programa na relação indivíduo/comunidade – escola, a maioria dos adultos, ou seja, 62% destes acreditam que o Programa melhora o comportamento da comunidade, dado que esta desenvolve o sentimento de pertencimento. (Figura 4.24)

FIGURA 4.24 – O IMPACTO DO PROGRAMA NO COMPORTAMENTO DO INDIVÍDUO EM RELAÇÃO À ESCOLA, NA PERCEPÇÃO DOS ADULTOS

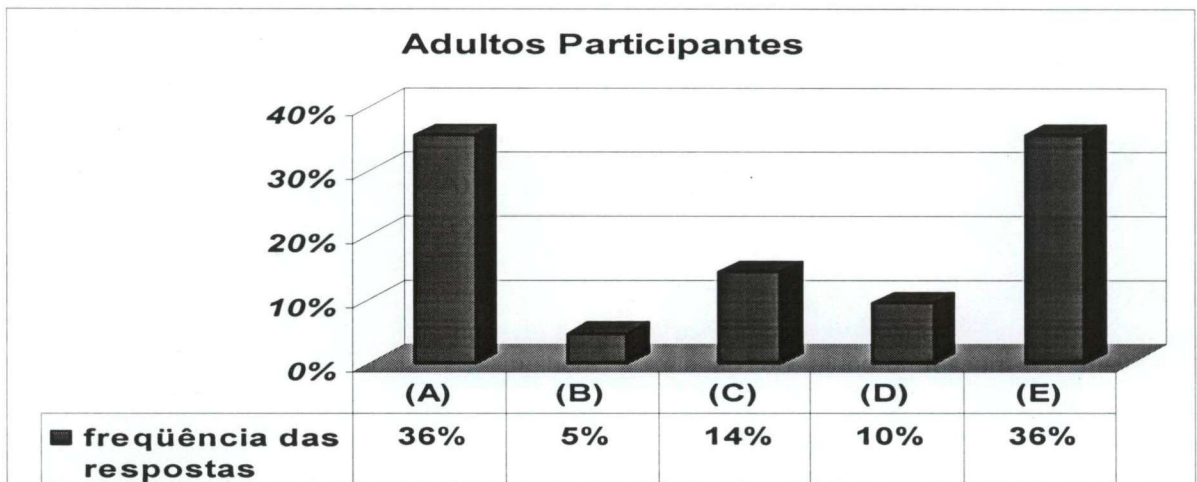


FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Apenas o grupo de adultos que participa do programa comunidade escola. (A) Melhora a relação do aluno com a escola; (B) melhora a relação do aluno-professor; (C) melhora o comportamento da comunidade, dado o sentimento de pertencimento; (D) não influencia.

De acordo com os dados apresentados na Figura 4.25, a maioria dos adultos acredita que o Programa Comunidade Escola tem maior influência na redução da violência e no vandalismo, que também é uma forma de violência.

FIGURA 4.25 – SEGUNDO OS ADULTOS, OS FATORES DE MAIOR INFLUÊNCIA DO PROGRAMA



FONTE: NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS UFPR

NOTAS: Apenas o grupo de adultos que participa do programa comunidade escola. (A) Redução da violência; (B) redução da depressão; (C) redução do estresse; (D) redução do uso de drogas; (E) redução da degradação dos espaços públicos.

É interessante perceber que a crença nas autoridades governamentais, comparando-se as Figuras 4.17 e 4.24, apenas 16% dos adultos participantes acreditam no poder das autoridades de proteção contra a violência (Figura 4.17),

enquanto 36% acreditam que o Programa é um fator de redução à violência (Figura 4.25).

Desse modo, pode-se concluir que o Programa Comunidade Escola tem um papel importante, segundo percepção de jovens e adultos, na redução da violência. Isso pode ser resultado de uma melhor interação entre os participantes e a comunidade como um todo que o programa propicia, além de melhorar a relação entre os pais e filhos. Adicionalmente, o fato de fornecer uma opção de lazer em regiões mais vulneráveis à violência é crucial para diminuir tal problema.

Cabe ressaltar que apesar de diferenças de percentual, as respostas de jovens e adultos foram convergentes, evidenciando que a análise do Programa é positiva.

CONCLUSÃO

O Programa Comunidade Escola a partir das atividades desenvolvidas assume função compensatória as carências trazidas pelos alunos, propiciando espaços de sociabilidade e atividades de lazer e adicionalmente, uma maior interação da comunidade. De modo que, perceber-se que o Programa vem de encontro às causas tidas como contextuais distais, ou seja, fatores sócio-econômicos, desigualdade, etc.

A partir dos dados selecionados verifica-se que o Programa está tendo um reflexo positivo sobre o comportamento de seus participantes. Os pontos positivos no que concerne à violência, é que ele está presente em comunidades vulneráveis a essa, proporcionando atividades educativas em diversas áreas. Além disso, como salientado por jovens e adultos na pesquisa, propicia atividades de lazer e, desse modo, percebe-se que o Programa ocupa o tempo ocioso, principalmente, de crianças e adolescentes fazendo com que eles estejam engajados em atividades saudáveis.

O impacto direto do Programa no que concerne à redução da violência pode ser verificado tanto no interior da escola, quanto em seu entorno. No que se refere à violência em seu interior, verifica-se que o aumento das incivildades foi relatado em menor grau nas escolas das crianças e alunos participantes, ou seja, apesar de se perceber que houve um maior aumento dos problemas internos à escola relacionados a agressões interpessoais em comparação aos demais tipos de violência, essa se deu em menor grau nas escolas dos alunos e crianças participantes. No que se refere ao entorno da escola, pode-se perceber a redução da violência através dos resultados verificados na comunidade dos jovens participantes, na qual, percebe-se não somente uma menor frequência do uso da violência, como também uma menor incidência desta. O que confirma a afirmação, de jovens e adultos participantes, que o programa impacta melhorando o comportamento da comunidade, dado o sentimento de pertencimento.

Percebe-se, adicionalmente, a confiança que os participantes depositam no Programa. Ele supre a carência deixada pelo Estado na visão dos participantes. Como mencionado na análise dos dados, os jovens e adultos estão descrentes no papel do Estado em resolver ou protegê-los do problema da violência. Porém é

unânime a aferição de que o Programa pode influenciar na redução desta.

Um ponto relevante a ser desenvolvido em futuros trabalhos é o papel que o Programa tem na geração de renda que podem servir como uma oportunidade de profissão, garantindo uma renda adicional. Esse é um fator relevante no que concerne a redução da violência dado que, como ressaltado em capítulos anteriores, uma de suas causas é falta de oportunidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. et al. Escola e violência. Brasília: UNESCO, 2002a.
- ABRAMOVAY, M. et al. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002b.
- ARAÚJO JR., A. F.; FAJNZYLBER, P. O Que Causa a Criminalidade Violenta no Brasil? Uma Análise a partir do Modelo Econômico do Crime: 1981 a 1996. CEDEPLAR/FACE/UFMG, Belo Horizonte, 2001 (Texto para discussão nº162).
- CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias, Porto Alegre, n.8, p.432-443, jul./dez. 2002.
- CHESNAIS, J.C. A Violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção. Ciência & Saúde Coletiva, Paris, v.4, n.1, p.53-69, 1999.
- IBGE. Indicadores sociais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 set. 2007.
- IPEA. Radar Social. Disponível em :<<http://ipea.gov.br>> Acesso em: 15 set. 2007.
- GONÇALVES, L.A.O.; SPOSITO, M.P. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 101-138, mar. 2002.
- LOBO, L.F.; FERNANDEZ, J.C. A criminalidade na região metropolitana de Salvador. In: XXXI Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2004. Porto Seguro/BA. Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Porto Seguro: ANPEC, 2003. v. 1. p. 1-20.
- LOPES, C.S.; GASPARIN, J.L. Violência e conflitos na escola: desafios à prática docente. Acta Scientiarum: Human and Social Sciences, Maringá, v.25, n.2, p.295-304, 2003.
- MACEDO, A.C. et al. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. Revista Saúde Pública, Salvador, v.35, n.6, p.515-522, 2001.
- MINAYO, M. C. S. A Violência na Adolescência: Um Problema de Saúde Pública. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.6, n.3, p. 278-292, jul/set, 1990.
- MINAYO, M. C. S. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.10, s. 1, p. 07-18, 1994.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA E. R. Violência para todos. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 65-78, jan/mar,1993.
- NJAINÉ, K.; MINAYO, M. C. S. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.7, n.13, p.119-134, 2003.

RISTUM, M.; BASTOS, A. C. S. Violência urbana: uma análise dos conceitos de professores do ensino fundamental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Salvador, v.9, n.1, p.225-239, 2004.

SME. Programa Comunidade Escola. Disponível em: <<http://www.cidadedoconhecimento.org.br>> Acesso em: 20 ago. 2007.

SOUZA, E. R. Violência Velada e Revelada: Estudo Epidemiológico da Mortalidade por Causas Externas em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 48-64, jan/mar, 1993.